

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gilda Maria Schirmann Henn

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA:
UMA ESCUTA DAS PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA**

Santa Maria, RS
2023

Gilda Maria Schirmann Henn

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
UMA ESCUTA DAS PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana da Costa Pereira de Menezes

Santa Maria, RS
2023

Henn, Gilda Maria Schirmann
Movimentos Sociais e Políticos das Pessoas com
deficiência: uma escuta das práticas de (re)existência /
Gilda Maria Schirmann Henn.- 2023.
99 p.; 30 cm

Orientador: Eliana da Costa Pereira de Menezes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2023

1. Movimentos Sociais 2. Pessoas com Deficiência 3.
Direitos 4. Biopolítica 5. Resistência I. Menezes, Eliana
da Costa Pereira de II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GILDA MARIA SCHIRMANN HENN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gilda Maria Schirmann Henn

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
UMA ESCUTA DAS PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Aprovada em 15 de dezembro de 2023

Eliana da Costa Pereira de Menezes, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Raquel Frohlich, Dr.^a (UDESC)

Márcia Lise Lunardi Lazzarin, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

Para Bernardo, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa conclusiva, a palavra selecionada para resumir meu sentimento é gratidão. Quero expressar minha gratidão a todos aqueles que estiveram presentes e proporcionaram oportunos momentos de diálogo durante o percurso que culminou nesta dissertação.

A Leonardo e Bernardo, meus companheiros de vida, eu agradeço. Eles compartilharam comigo a intensidade desses dois anos e contribuíram para fortalecer minha resiliência.

À minha amiga e colega, Cleidi Lovatto Pires. Ela não só me incentivou a me inscrever para este mestrado, como me ensinou a perseverar na caminhada acadêmica.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Diferença, Educação e Cultura (UFSM) e do Grupo de Estudos. Nossos frutíferos encontros e a atenção diligente reverberaram na elaboração desta dissertação. Em especial, minha gratidão também é dirigida à Letícia Borges, pela prontidão e carinho, pela parceria em tardes de estudo e por proporcionar *insights* nos momentos caóticos.

Às professoras da banca examinadora—Raquel, Márcia e Leonice—agradeço suas valiosas contribuições, o olhar meticuloso para esta pesquisa e a incitação para que eu continue permitindo que o pensamento evolua.

E, primordialmente, à Eliana, minha orientadora, a quem devo agradecer por sua presença inconfundível em cada página desta dissertação. Sou grato pelos dois anos de trocas, estudos, amizade e inspiração. Cada encontro com ela me instigava a estar aberto para concepções divergentes, desconfiar do que é tido como óbvio, desafiar supostas verdades e permitir que meu pensamento evoluísse. Mas, sobretudo, destacar a diferença como potencialidade, vislumbrar novos espaços de luta onde formas singulares de existência estejam presentes e não ausentes. Gratidão ao universo pela tua vida.

INDIFERENTES

A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos, é o pântano que cerca a velha cidade e a defende melhor que as rígidas muralhas, melhor que o peito de seus guerreiros, porque envolve em seus vórtices lodosos os agressores, dizimando-os e desencorajando-os até que desistam do empreendimento heroico.

A indiferença opera com força na história. Opera passivamente, mas opera. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é o que interrompe os programas, subverte os melhores planos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca. O que vem em seguida, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode desencadear, não se deve tanto a iniciativa operante de poucos, quanto à indiferença, o absentéismo dos muitos. O que se passa não resulta tanto dos desejos de alguns como da massa dos homens que abdicam de sua vontade, deixam acontecer, permitem o entrelaçamento de nós que posteriormente apenas a espada pode romper, aceitam a promulgação de leis que depois só a revolta pode revogar, deixam subir ao poder homens que apenas os motins poderão derrubar. A fatalidade que parece dominar a história não é senão aparência ilusória da indiferença, do absentéismo. Os fatos amadurecem na sombra, poucas mãos, não submetidas a qualquer controle, tecem a trama da vida coletiva, e a massa ignora pois não se preocupa. Os destinos de uma época são manipulados segundo visões restritas, interesses imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora pois não se preocupa. Contudo, os fatos amadurecidos dão seus resultados; a trama tecida na sombra alcança seu limite: então a fatalidade oprime tudo e todos, a história se assemelha a um enorme fenômeno natural, uma erupção, um terremoto que a todos vitima, os desejantes e não desejantes, os que sabiam e os que ignoravam, os ativos e os indiferentes. Estes últimos se irritam, gostariam de poder escapar as consequências, deixando claro que não desejavam os fatos e que não são responsáveis por eles. Alguns choramingam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum ou poucos se perguntam: “tivesse eu cumprido meu dever, buscado fazer valer minha vontade, o meu conselho, o curso das coisas teria sido o mesmo?”. Nenhum ou poucos assumem a culpa pela própria indiferença, pelo ascetismo, por não terem oferecido os próprios braços e atividades aos grupos de cidadãos que combatiam para evitar aquele mal e conquistar o bem a qual se propunham.

(Gramsci, 2020, p. 31-32).

RESUMO

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ESCUTA DAS PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA

AUTORA: Gilda Maria Schirmann Henn

ORIENTADORA: Eliana da Costa Pereira de Menezes

Esta dissertação foi realizada durante o Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrando a Linha de Pesquisa Educação Especial, Inclusão e Diferença (LP3), e associada ao Grupo de Pesquisa Diferença, Educação e Cultura (DEC)/CNPq. O estudo tem como objetivo central problematizar as percepções das pessoas com deficiência ao analisarem os direitos adquiridos pelos movimentos sociopolíticos, iniciados na década de 80 no Brasil, em relação à sua experiência cotidiana. Teoricamente, a pesquisa se alinha com as concepções pós-críticas em Educação e, para sua abordagem analítica, adota as noções de biopolítica e resistência propostas pelo filósofo Michel Foucault. Tais conceitos permitem conexão entre a escuta dos sujeitos participantes e a análise da materialidade, que foi desenvolvida a partir da Conversa como metodologia. A opção por esta metodologia demonstra a intenção de incluir no corpo do trabalho as narrativas dos sujeitos com deficiência e, por meio delas, explorar três possíveis linhas de análise: a garantia de direitos como resultado dos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência, a conquista de direitos como meio de controle estatal e condução de suas vidas, e as diversas formas de existência e (re)existência que surgem a partir da conquista desses direitos. A partir da escuta dos sujeitos, foi possível perceber que suas presenças nos diversos espaços ocupados, além de uma transgressão à normalidade estabelecida, impulsionam a necessidade de desenvolvimento de novos conhecimentos. Tais conhecimentos devem ser baseados na escuta e na observação cuidadosa do outro, reconhecendo sua singularidade e diferença.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Pessoas com Deficiência. Direitos. Biopolítica. Resistência.

ABSTRACT

SOCIAL AND POLITICAL MOVEMENTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES: LISTENING TO PRACTICES OF (RE)EXISTENCE

AUTHOR: Gilda Maria Schirrmann Henn
ADVISOR: Eliana da Costa Pereira de Menezes

This dissertation was carried out during the Master's Degree in Education in the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Santa Maria (UFSM), as part of the Special Education, Inclusion and Difference Research Line (LP3), and associated with the Difference, Education and Culture Research Group (DEC)/CNPq. The main aim of the study is to problematize the perceptions of people with disabilities when analyzing the rights acquired by the socio-political movements that began in the 1980s in Brazil, in relation to their everyday experience. Theoretically, the research is aligned with post-critical conceptions in Education and, for its analytical approach, adopts the notions of biopolitics and resistance proposed by philosopher Michel Foucault. These concepts allow for a connection between listening to the participants and the analysis of materiality, which was developed using Conversation as a methodology. The choice of this methodology demonstrates the intention to include the narratives of people with disabilities in the body of the work and, through them, to explore three possible lines of analysis: the guarantee of rights because of the social and political movements of people with disabilities, the conquest of rights as a means of state control and management of their lives, and the various forms of existence and (re)existence that arise from the conquest of these rights. From listening to the subjects, it was possible to see that their presence in the various spaces they occupy is not only a transgression, but also a (re)existence. This knowledge must be based on careful listening and observation of others, recognizing their uniqueness and differences

Keywords: Social Movements. Persons with Disabilities. Rights. Biopolitics. Resistance.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Identificando os participantes da pesquisa	64
QUADRO 2 – Pistas para a conversa com os participantes	66

LISTA DE SIGLAS

AFAD-NH	Associação de Familiares e Amigos do Down de Novo Hamburgo
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
DEC	Grupo de Pesquisa Diferença, Educação e Cultura
DIA	Disabled in Action
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FBI	Departamento Federal de Investigação
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FIEX	Fundo de Incentivo à Extensão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAACP	Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com deficiência
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	12
2	DE QUE LUGAR FALO.....	17
2.1	FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	20
2.2	PENSANDO A PESQUISA.....	22
3	ELEMENTOS HISTÓRICOS LIDOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADES PARA A CONQUISTA DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	26
4	MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA...40	
4.1	MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	46
5	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
6	ESCUA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.....	68
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	83
	ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	91
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	92

1 APRESENTAÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida a partir de uma problemática que procurou entender as perspectivas de pessoas com deficiência ao analisar os direitos adquiridos pelos movimentos sociais e políticos no início da década de 80 no Brasil, em relação com seu cotidiano. Teoricamente fundamentada na perspectiva pós-crítica e, mais especificamente, nos estudos foucaultianos sobre educação, a metodologia da investigação foi concebida para priorizar a voz e o protagonismo das pessoas com deficiência na pesquisa educacional.

Defendendo que é fundamental assegurar que pessoas com deficiência ocupem posições de poder na produção de discursos que narram suas existências, gerando significados sobre suas vidas, conduzi uma análise baseada em conversas (adotadas neste estudo como uma modalidade de metodologia) com cinco indivíduos com deficiência acerca dos direitos conquistados pelos movimentos sociais e políticos de pessoas com deficiência no Brasil.

Na estruturação da discussão analítica, foi inicialmente construída uma contextualização relativa aos movimentos sociais e políticos, que se manifestam de forma diversificada, respondendo aos dilemas sociais emergentes em cada período histórico específico. Para definir estes movimentos, recorro primeiramente à contribuição da cientista política Samira Kauchakje, que caracteriza os movimentos sociais como aqueles que se relacionam à ideia de espaço público como bem coletivo, à democracia, à diversidade, à cultura e à educação.

Os movimentos sociais correspondem a formas de ação coletiva possuindo certo grau de organização. Eles surgem a partir das contradições inerentes a aspectos econômicos, políticos e culturais da sociedade. O aparecimento dos mesmos é, ademais, constituído de demandas conjunturais oriundas de carências econômico-culturais. Contudo, a simples existência de contradições e carências não é suficiente para explicar o surgimento e a manifestação dos movimentos sociais. É imprescindível considerar também elementos como as práticas organizativas e participativas de grupos sociais específicos que possuem potencial para integrar o campo ativista. Por um lado, os movimentos sociais têm um papel importante na modelagem da esfera estatal e das políticas que dela emergem. Com isso, os movimentos sociais induzem modificações no seio do Estado, na cultura e nas relações societárias. A característica de impacto social mais notável desses movimentos é a expansão do espaço público (Kauchakje, 2010, p. 81).

Estabelecer a correlação entre a educação e os movimentos sociais é um aspecto fundamental neste estudo, pois acredito que a articulação entre ambos contribui para a formação de indivíduos participativos, comprometidos com o coletivo. No domínio da sociologia, como aponta Maria da Glória Gohn (2010), os movimentos sociais pela educação possuem um caráter

histórico e, portanto, são processuais, ocorrendo tanto em ambientes internos quanto externos e institucionalizados. Salienta a autora que:

A luta pela educação abarca a luta por direitos e faz parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação englobam questões que permeiam o conteúdo escolar, gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais [*sic*], meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos constituem fontes e agências de produção de saberes. A temática dos direitos é vital pois confere universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes um caráter emancipatório. Com os direitos, recuperamos a cultura de um povo e de uma nação, principalmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais (Gohn, 2010, p. 42).

Atualmente, é comum dividir os movimentos sociais entre aqueles destinados à redistribuição e os voltados para o reconhecimento. Os primeiros incluem os movimentos sociais classistas antigos, que demandavam uma nova divisão da riqueza produzida pelo trabalho comum, visando a igualdade social. Por outro lado, os últimos seriam os novos movimentos sociais, que lutam pelo direito à diferença, pela diversidade e contra a padronização igualitária.

No entanto, alinho-me ao ponto de vista de Nancy Fraser, que defende que esses movimentos possuem reivindicações não necessariamente excludentes ou antagônicas ¹(Fraser, 2002). Nesse sentido, penso que não é relevante dar denominações categóricas aos movimentos sociais que são objeto deste estudo, sejam eles originados nos anos 60 ou nos anos 80, ou ainda classificá-los como novos movimentos sociais. Entendo que as supostas distinções entre movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais não contribuiriam significativamente para esse trabalho.

Portanto, proponho como hipótese de pesquisa a argumentação de que os movimentos sessentistas foram de influência fundamental para o movimento das pessoas com deficiências da década de 80 no Brasil, afetando significativamente a vida cotidiana dessas pessoas a partir da década de 90.

Para contextualizar historicamente as origens dos movimentos sociais dos anos 60, refiro-me ao período histórico da recuperação econômica pós-1945 (Segunda Guerra Mundial). Contrariamente ao que se esperava, após meio século de guerras e crises econômicas, houve

¹ Fraser afirma que "que a justiça atualmente requer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. Nenhum deles é suficiente por si só. Assim que se adota essa premissa, contudo, surge a indagação de como combiná-los. Eu sustento o ponto de vista de que os aspectos emancipatórios de ambos os paradigmas devem ser integrados em uma estrutura abrangente e singular" (Fraser, 2002, p. 8-9).

uma recuperação intensa das economias da Europa e dos Estados Unidos, acompanhada de aumento das desigualdades entre as nações.

Neste cenário, observou-se um clima caracterizado pelo embate entre o pensamento da juventude e o da população mais velha, esta última ainda muito preocupada com o futuro, mantendo uma perspectiva frugal e pessimista. Conforme o historiador Eric Hobsbawm (1997, p. 323), nesse período, "a juventude se deparava com uma época de quase pleno emprego e economia em crescimento, mas de conservadorismo e pouco receptiva às contestações culturais". Nesse ambiente, a década de 1960 emergiu como um marco de movimentos culturais, tentativas de revoluções políticas e sociais, além de revoluções independentistas (continente africano). Ao referir-se à segunda onda do movimento feminista dos anos 60, a historiadora Guacira Lopes Louro (2003, p. 15-16) afirma que

já se tornou lugar comum referir-se ao ano de 1968 como um marco da rebeldia e da contestação. A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta, a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há algum tempo. França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, as grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, a discriminação, a segregação e ao silenciamento. [...] 1968 deve ser compreendido, no entanto, como uma referência a um processo maior, que vinha se formando e que continuaria se desdobrando em movimentos específicos e eventuais solidariedades.

Nas palavras da autora, ela destaca que os movimentos sociais, proeminentes no ano de 1968, não foram incidentes casuais, mas integraram um processo com raízes nos anos que os antecederam. Por outro lado, considero essencial realçar que as referências feitas ao longo deste texto mencionam apenas alguns dos movimentos sociais e culturais dos anos 1960 e início dos anos 1970. Não almejei esgotar sua abordagem, nem dar a impressão de que outros movimentos, igualmente relevantes, não existiram. O meu intento foi sublinhar o valor desta época histórica para as transformações sociais e culturais, voltadas para uma sociedade equitativa, com atenção e respeito à diversidade, em escala global.

Assim sendo, inspiro-me nas palavras da escritora Heloisa Buarque de Hollanda (2008, p. 123), que ao responder a uma entrevista com Zuenir Ventura, afirmou que

O teórico americano Frederic Jameson sustenta que “anos 60 não é *rock and roll*, não é minissaia, não é pílula, não foi nada disso”. O que poderia amalgamar os anos 60 de forma mais acentuada é o efeito causado pelas guerras de independência e descolonização dos países africanos, é o espanto gerado pela descoberta do outro, a abrupta revelação de que existiam nativos pensantes, todo um mundo encoberto com cultura e políticas próprias pelos países coloniais. Foi toda uma geração que

abandonou as introspecções existenciais e foi impactada pelo ato de reconhecer que tinha que defender o Vietnã e, principalmente, povos e culturas alheias. Foi a descolonização seriada que pautou o período e a imaginação dessa geração. A cultura da década de 60 é o fruto desse impacto brutal. Juntamente com a “descoberta política” da África, descobrimos os negros, seus direitos, suas lutas. E, neste âmbito, também se revelaram as chamadas minorias, os colonizados internos, como mulheres e gays, silenciados e em profunda desigualdade em relação a outros setores da sociedade.

A hipótese principal desta pesquisa possui consonância com a tese da autora. Na esteira de todos esses movimentos sociais e políticos situa-se o cerne dos movimentos pela inclusão e o direito à educação das pessoas com deficiência. No Brasil, a partir da década de 80, especificamente na Constituição Brasileira de 1988, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência alcançou um novo patamar. Isso não ocorreu ao acaso. Prosseguindo com a apresentação, apresento brevemente a estrutura da pesquisa.

No **Capítulo 2**, *De Que Lugar Falo*, apresento uma explanação sob a ótica dos papéis que desempenho: mãe, mulher, professora e pesquisadora. Ao fazê-lo, consideram-se as intersecções dessas experiências pessoais e profissionais na construção desta pesquisa. Esse capítulo é dividido em dois subcapítulos. No Subcapítulo **2.1**, *Formação Acadêmica*, detalho meu trajeto educacional, incluindo diplomas em História - Licenciatura Plena e Educação Especial - e minha carreira como docente em escolas públicas de ensino fundamental e médio. No Subcapítulo **2.2**, *Pensando a Pesquisa*, descrevo as motivações e as questões que me levaram ao problema **em estudo**.

O **Capítulo 3**, *Elementos Históricos Lidos como Condição de Possibilidades para a Conquista de Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil*, oferece um panorama do contexto histórico subsequente à Segunda Guerra Mundial (1945), enfocando os movimentos sociais e políticos emergentes a partir da década de 1960, em especial o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Esse movimento é digno de nota por seu papel catalisador, instigando o desenvolvimento de outros movimentos, como o movimento feminista, o movimento gay,² os movimentos pela descolonização da África e Ásia, o movimento hippie, o movimento estudantil e o movimento das pessoas com deficiência.

No **Capítulo 4**, *Movimento Social e Político das Pessoas com Deficiência*, realizo um levantamento das práticas destinadas às pessoas com deficiência em diferentes períodos históricos, e destaco os primeiros movimentos conduzidos por esse grupo, focando inicialmente nos Estados Unidos. Esses movimentos pleiteavam não apenas direitos legais, mas também o reconhecimento da singularidade de suas vidas. Além disso, há um subcapítulo, **3.1 O**

² Assim denominado no período.

Movimento das Pessoas com Deficiência no Brasil, onde procuro entender o contexto histórico brasileiro, o atendimento às pessoas com deficiência ao longo da história e o surgimento das primeiras instituições civis que mais tarde passaram a trabalhar em parceria com órgãos governamentais. Observo, em particular, a transição da década de 1970, período no qual as pessoas com deficiência passaram a buscar um papel de protagonismo nas lutas pelos direitos e melhores oportunidades de vida.

No **Capítulo 5**, intitulado *Encaminhamentos Metodológicos*, promovo uma investigação das contribuições acadêmicas já existentes que se relacionam com o tema selecionado. Consequentemente, realizo uma revisão bibliográfica sobre os movimentos sociais da década de 60 e o movimento social e político das pessoas com deficiência, com ênfase especial no contexto brasileiro. A metodologia adotada para a coleta de dados foi baseada em *Conversas*.

No **Capítulo 6**, apresento uma análise do material coletado, enfocando as narrativas de indivíduos com deficiência e como cada um foi influenciado por uma sociedade normalizadora. O objetivo é questionar a formação de políticas públicas que atendem às reivindicações propostas pelos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência, considerando suas vivências cotidianas.

No **Capítulo 7**, ofereço considerações finais sobre a pesquisa e detalho a evolução e as interações que moldaram a produção deste trabalho. A troca de ideias e o processo de escuta ativa forjaram o curso da pesquisa, realizada conjuntamente **com as** pessoas com deficiência, e não apenas **sobre** elas, tornando esta jornada singular e memorável para a pesquisadora.

2 DE QUE LUGAR FALO

Inicialmente, considero imprescindível ressaltar os deslocamentos e inquietações na construção da minha pesquisa sobre o movimento político das pessoas com deficiência, a conquista de direitos e a maneira como isso reverbera em suas vidas cotidianas. Este trabalho me movimentou enquanto pesquisadora no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Três (LP3), Educação Especial, Inclusão e Diferença da Universidade Federal de Santa Maria. Questiono-me sobre qual indagação me motiva a explorar um determinado tema em detrimento de outros. A justificativa para tal escolha não se limita a um único motivo.

Na busca por uma resposta, reflito sobre a minha posição como mulher, professora, mãe e agora pesquisadora. Início minhas meditações com uma frase proferida por minha orientadora em uma aula de pós-graduação, que me sensibilizou e incitou amplas reflexões: “toda pesquisa é uma escuta de si”. Considero que escutar a si mesmo significa procurar minhas percepções sobre o mundo e as experiências que me moldaram, criando oportunidades de dialogar com o que me rodeia e comigo mesma. Nesta perspectiva, é inevitável que esta pesquisa reflète minhas vivências, sentimentos³ e a incerteza inerente à vida que tem me transformado.

As problematizações que me inspiram e inquietam se originam a partir da experiência de ser mãe de um filho com deficiência (2002), o que provocou rupturas em tudo que eu concebia como certo ou previsível. Surgiu, assim, a necessidade intrínseca de buscar novas perspectivas, de reavaliar os caminhos da minha existência, a minha postura perante o mundo e o que, anteriormente, parecia lógico para mim.

Nesse contexto, a citação de Antônio Gramsci, mencionada no início deste texto, não é aleatória. Acredito que ela expressa, de certa forma, como me posicionei diante dos eventos que me desafiaram e como eu passei a crer que deveria ser a partir daquela experiência. Era necessário que eu também "tomasse partido", me permitindo ser influenciada por novas formas de existência, que antes me passavam despercebidas (embora estivessem sempre presentes). Para tal, foi essencial questionar algumas verdades estabelecidas, realizar uma autodesconstrução e reconstruir-me sob uma nova perspectiva de existência. Permitir-me a envolver-me. O comprometimento nesse processo de reconstrução representou a primeira lição

³ O filósofo Baruch de Espinosa (2005, p. 276) aborda o conceito de afeto como "afecções do corpo, por meio das quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída". Dessas afecções surgem os afetos. Nesse sentido, utilizo o termo afeto para se referir aos encontros que possibilitaram potencializar meu modo de existir, permitindo-me afetar e ser afetada, reinventando-me.

aprendida com as famílias que me precederam e que já haviam desbravado e lutado, muitas vezes de maneira solitária e dolorosa, por trajetórias que possibilitassem o reconhecimento dessas vidas invisíveis, desses corpos deficientes, sempre relegados à margem. Aqueles que Lilia Ferreira Lobo (2015, p.13) denomina como existências infames:

Obscuras e sem notoriedade, como milhares de outras que desapareceram e desaparecerão ao longo do tempo sem deixar vestígio – nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história que se apagam dos registros, pois não são consideradas relevantes o suficiente para serem evidenciadas. Nunca desempenharam algum papel significativo nos acontecimentos históricos, nunca houve qualquer transformação pertinente fruto de sua colaboração direta. São meras vidas entre uma multidão de outras, igualmente infelizes, desprovidas de valor.

Ao receber o diagnóstico de que meu filho "era especial" (palavras do médico pediatra), portador de uma síndrome (Síndrome de Down)⁴ que se manifesta com relativa frequência, aproximadamente 1 a cada 700 a 900 nascimentos (Steele; Stratford, 1995 *apud* Schwartzman, 2003), minha reação inicial foi a de questionar: mas onde estão essas crianças, jovens e adultos? Onde estão, uma vez que não os encontro? Não se faziam presentes nos espaços que eu frequentava, não estavam nas escolas onde eu trabalhava, não integravam o meu círculo social.

Em tais circunstâncias, a palavra "deficiência", e todo o estigma que ela representa e carrega, surge com uma força arrasadora que nos direciona para um mundo de incertezas e medo de encarar o desconhecido e o preconceito. Ao questionar a invisibilidade destas existências e ao procurar por elas, seja no meu cotidiano, seja na minha memória, fui paulatinamente conseguindo torná-las visíveis, descobrindo que sempre estiveram lá, à margem.

Tal como o professor Veiga-Neto (2012) nos instiga no artigo "*É preciso ir aos Porões*", é necessário ocupar integralmente a casa (eu/a minha existência), sem nos restringirmos aos andares intermediários (as experiências imediatas). Precisamos habitar o sótão (a experiência da imaginação e da sublimação), mas também não podemos esquecer o porão, pois é lá que estão nossas raízes, o que nos dá sustentação.

Sem o acolhimento do lar e sem as memórias que são sua primeira fonte, seríamos seres sem raízes; sem imaginação, pois sem história, e sem história, pois sem memória. Contudo, mesmo acolhidos pelo lar, sempre corremos o risco de viver presos, viver em isolamento, ou seja, alienados no mundo e do mundo. Isso ocorrerá se não soubermos ocupar todo o lar, se nos mantivermos confinados apenas no espaço

⁴ A condição genética na qual bebês nascem com 47 cromossomos, que incluem três cromossomos 21 ao invés dos dois usuais, é conhecida como Trissomia 21. Esta se manifesta em todos os grupos étnicos, classes sociais e nacionalidades.

intermediário, nesse espaço das experiências imediatas onde ocorre o que chamamos de vida concreta e realidade. Se nos permitirmos ficar presos nos andares intermediários, sem habitar o sótão e o porão, perderemos grande parte de nossa própria condição humana. Lá no sótão ocorrem as experiências da imaginação e da sublimação, é no porão que estão as raízes e a sustentação racional do próprio lar (Veiga-Neto, 2012, p. 269).

Ao desenvolver esta dissertação, é essencial explorar essas memórias profundas, "desencantar os arquétipos, os preconceitos, os estereótipos" (Veiga-Neto, 2012, p. 269), trazendo-os à luz e recompondo-os. As incertezas decorrentes da minha trajetória pessoal e do modo como a maternidade influenciou minha formação são permeadas por reflexões advindas de minha formação acadêmica em História. A prática deste conhecimento, associada à minha atuação como professora da rede estadual de ensino, contribuiu para a construção de modos de subjetividade colonizados, os quais assumi inadvertidamente como verdadeiros e agora sinto a necessidade de questionar.

Desta forma, torna-se imperativo questionar discursos naturalizados acerca dos indivíduos considerados portadores de deficiência. Neste contexto, desejo enfatizar a vitalidade da rede de apoio e acolhimento oferecida por uma associação de pais nos instantes subsequentes à minha experiência materna.⁵ Proporcional à importância dessa rede, surge um interesse e uma determinação do tema de pesquisa, motivados pelo escasso reconhecimento, tanto acadêmico quanto social, da influência que grupos de pais e familiares exercem na contínua luta pelos direitos dos indivíduos com deficiência.

Neste sentido, devo esclarecer que minha intenção ao realizar este trabalho não é resgatar o histórico dos primeiros movimentos de fundação de organizações não governamentais (ONGs) e associações afins. Ao invés disso, pretendo assinalar a relevância de tais grupos como propulsores de movimentos sociais e políticos subsequentes, liderados por pessoas com deficiência engajadas na reivindicação de seus direitos.

Foi a magnitude das interações nas mencionadas associações de pais e ONGs que me permitiu vislumbrar outras possibilidades de existência. Desta forma, o presente projeto de pesquisa é um produto da maneira como estes coletivos influenciaram-me. A estas reflexões, acrescenta-se a bagagem advinda de minhas formações acadêmicas em História e Educação Especial, que, à primeira vista, podem parecer desconexas, mas que percebo serem complementares no decorrer de minha carreira profissional como professora de História e Geografia em uma escola para Surdos.

⁵ A Associação de Familiares e Amigos de Indivíduos com Síndrome de Down de Novo Hamburgo (AFAD-NH), sediada na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, foi fundada no ano 2000. Além de proporcionar apoio aos pais, a associação objetiva-se a promover uma sociedade inclusiva.

Encerro essa introdução citando o filósofo Jorge Larrosa sobre a concepção de *experiência*, que ele define como aquilo que "nos afeta", ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos afetar, contribui para nossa formação e transformação (Larrosa, 2002). São esses múltiplos lugares e vivências que me influenciaram, que despertaram em mim um questionamento, que me transformaram; os percursos trilhados até o presente momento que possibilitaram minha existência atual e, sobretudo, a capacidade de questionar discursos produzidos e naturalizados sobre a deficiência.

2.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA

Uma vez que o nosso lugar no mundo está sempre mudando, precisamos aprender constantemente para estarmos totalmente presentes no agora. Se não estamos completamente engajados no presente, ficamos presos no passado e a nossa capacidade de aprender é diminuída (hooks, 2019, p. 199).

Concluí minha graduação em História, Licenciatura Plena, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em janeiro de 1996. Durante minha formação acadêmica, o curso tinha como enfoque a preparação de professores para a educação básica. Naquela ocasião, não existia um programa de pós-graduação, limitando-se a iniciativas de pesquisa científica devido à limitação de bolsas de fomento. Participei como bolsista do Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX) do projeto de pesquisa "A Vila de São Francisco de Borja (1834-1887)", tendo como orientador o professor João Rodolfo do Amaral Flores, do Instituto de Sociologia e Política da UFSM.

No decorrer de minha trajetória na Universidade, comecei a compreender-me como indivíduo moldado por um processo histórico, minha subjetividade foi forjada e envolta dentro um modo específico de existir e interagir com o mundo. Assim, ingressar em tal curso foi como ter tido a oportunidade de experienciar um outro universo que, embora estivesse lá, eu não tinha percepção.

Essa formação acadêmica possibilitou uma série de questionamentos e reflexões sobre o que eu considerava verdades absolutas. Tal processo permitiu-me assumir um posicionamento crítico e reflexivo, o que posteriormente influenciou significativamente minha abordagem pedagógica.

Contudo, é importante frisar que essa formação inicial estava desvinculada da realidade escolar, o que me levou a sentir-me desorientada frente aos desafios da profissão docente. Quando iniciei minha carreira como professora numa Escola Técnica da Rede Estadual de

Ensino, na cidade de Campo Bom, RS, lecionando para alunos da 5ª série ao 3º ano do Ensino Médio, percebi que minha interação com a escola durante a graduação, limitada a dois estágios curriculares, no 1º e 2º graus,⁶ se mostrou insuficiente para minha formação.

A necessidade de uma escola plural e acolhedora tornou-se evidente, bem como a importância de reconhecer a diversidade de existências ali presentes, o que foi uma jornada pessoal e frequentemente solitária. Esses questionamentos foram potencializados quando passei a lecionar para turmas da Educação de Jovens e Adultos - um cenário no qual as singularidades se manifestavam de maneira mais acentuada. Refinar a capacidade de escuta, valorizar o conhecimento dos alunos e estar aberta ao diálogo se tornaram pilares essenciais de minha atuação como professora. Em 2010, retornei à Santa Maria e aceitei o desafio de trabalhar com a educação de surdos. Iniciei do princípio, obrigando-me a sair da zona de conforto, aprender uma nova língua, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), língua de instrução dos estudantes, e buscar alternativas pedagógicas adequadas às especificidades de cada um deles. Apesar de termos turmas com 1, 2, 3 ou 7 alunos, as condições dos sujeitos em relação à surdez são múltiplas: surdo, surdo com deficiência intelectual, surdo oralizado, surdo autista. Planejar uma metodologia que satisfaça as necessidades de cada um foi e continua sendo um desafio diário, mas percebo que é essa diversidade que torna o trabalho tão gratificante.

Após me tornar mãe, despertou em mim a vontade de cursar Educação Especial. Quando comecei a trabalhar na escola para surdos, senti a necessidade de expandir meu conhecimento sobre a educação deste público. Acredito que foi a conjunção entre o desejo e a necessidade que me motivou a prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁷ e conquistar uma vaga no curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria.

Em 2016, comecei a graduação em Educação Especial - Licenciatura, o que para muitos pareceu insensato. Frequentemente, ouvia indagações surpresas: Por que fazer outra graduação? Para quê? Para mim, era uma busca por respostas para questões que me acompanhavam desde o nascimento do meu filho. Principalmente, o não reconhecimento da sociedade da potencialidade dessas vidas, que eram vistas como incapazes. Ou como essas vidas consideradas “imperfeitas” continuavam invisibilizadas ou eram “vistas”, mas suas presenças continuavam sendo ignoradas, mesmo ocupando espaços que anteriormente ou historicamente haviam sido a elas negados, entre eles a escola.

⁶ Em 2006 com a Lei Ordinária nº 11.274/2006 (Brasil, 2006) foi regulamentado o ensino fundamental de 9 anos e o Ensino Médio.

⁷ O objetivo é avaliar o desempenho acadêmico do estudante ao término da educação básica. Por meio dos resultados obtidos, é possível almejar ingresso em universidades públicas e privadas.

Busquei essa formação na esperança de dismantelar os discursos produzidos sobre a deficiência. Contudo, é importante frisar que nunca vi os professores de Educação Especial como possuidores de um "dom" para contribuir com a superação das dificuldades de uma pessoa com deficiência. Essa não foi a minha motivação para escolher o Curso.

Quase concluindo a graduação, cursei disciplinas que me fizeram refletir criticamente sobre deficiência e diferença, desconstruir o que é considerado normal/anormal e questionar padrões de normalidade. Romper os discursos que associam deficiência à incapacidade e anormalidade, e pensar em espaços, tanto escolares quanto do cotidiano, que respeitem as singularidades e possibilitem outras formas de vida foi transformador.

Concluo, então, que esta pesquisa surgiu a partir do encontro com essas reflexões, inspiradas na Filosofia, especificamente na Filosofia de Michel Foucault, e em diálogo com minhas experiências pessoais e profissionais.

2.2 PENSANDO A PESQUISA

Este estudo foi concebido a partir das preocupações e interseções expressas anteriormente, as quais emergiram à medida em que me familiarizava com perspectivas que propunham formas de resistência a padrões naturalizados e idealizados por uma sociedade que tenta manter sob controle indivíduos considerados insubordinados.

Fui apresentado de forma mais aprofundada à perspectiva pós-crítica baseada nas pesquisas do filósofo Michel Foucault durante o meu Programa de Pós-Graduação em Educação. Desde o início, essa perspectiva se revelou uma alternativa aos saberes estabelecidos e às relações de poder que visam subjugar a vida a verdades que tendem a produzir diferenças como marcas de vidas inferiores e inferiorizadas. Assim, me alertou para a necessidade de trazer uma abordagem acadêmica para as lutas dos movimentos sociais e políticos conduzidos por vidas marcadas por tais diferenças.

Adoto a ideia de que a pesquisa em Educação, sob uma perspectiva pós-crítica e reconhecendo a interdependência entre educação e ação social e política, estabelece um compromisso ético do pesquisador para defender a diferença como princípio constitutivo da vida. Segundo a educadora norte-americana bell hooks⁸ (2017, p. 53), "nenhuma educação é politicamente neutra". Desafiar relações ainda sustentadas em conceitos de Modernidade

⁸ Opto por manter as iniciais do nome da autora em letras minúsculas, pois esta é a escolha da própria autora.

baseados na norma e suas práticas de normalização correspondentes, demanda uma postura de defesa dos direitos e protagonismo de vidas diversas que foram apagadas ou silenciadas.

Portanto, destacar a abordagem pós-crítica neste trabalho significa considerar como romper com o conhecimento proibido, para possibilitar que indivíduos anteriormente marginalizados possam contribuir para a produção de conhecimento.

Nesse contexto, considero os movimentos sociais e políticos como oportunidades para a mobilização coletiva e transgressora, como maneiras políticas de existir e resistir. Inspirado por Foucault (2009), vejo a pesquisa como uma prática que nos permite refutar o que somos, para que possamos ser de outras maneiras. Então, acredito ser possível, a partir disso, experimentar outras práticas de subjetivação que promovam diferentes subjetividades, recusando as formas de sujeição hegemonicamente produzidas com o propósito de padronização e normalização. Neste contexto, propõe-se compreender o modo como as reivindicações produzidas pelo movimento das pessoas com deficiência nos primórdios da década de 1980 no Brasil, ao assegurar garantias de direitos, interagem com as possíveis transformações no cotidiano desses indivíduos a partir da década de 1990 no país. Esta problematização decorre, em parte, da minha aproximação à abordagem teórica citada e da oportunidade que tal perspectiva proporciona na criação de brechas⁹ para corpos tratados como subalternos, indicando possibilidades de resistência.

Os sujeitos produzidos como subalternos a quem me refiro são aqueles que, historicamente, foram destituídos de suas posições sociais e direitos, em razão de suas singulares e inalcançáveis diferenças em face da suposta normalidade instituída. Tidos como ameaça à ânsia capitalista produtivista, seus corpos e modos de existência foram reduzidos a objetos obsoletos, percebidos como defeituosos, anormais e considerados um problema a ser corrigido ou eliminado pelo Estado.

No desenvolvimento desta problematização, inspiro-me no documentário "*Crip Camp: Revolução pela Inclusão*", lançado em 2020 pela plataforma Netflix, produzido pela Higher Ground Productions, empresa de Barack e Michelle Obama. O documentário descreve a história de um acampamento de verão para pessoas com várias deficiências, que existiu nos Estados Unidos, de 1951 a 1977. Abordando um contexto histórico efervescente e propício ao surgimento de um novo tipo de ativismo, o documentário é protagonizado por pessoas com deficiência. Inicialmente, o acampamento *Camp Jened* acolhia exclusivamente crianças e

⁹ “As brechas se transformam no lugar e no espaço a partir do qual a ação, militância, resistência, insurgência e transgressão são impulsionadas, onde as alianças se constroem, e surge um *modo-outro* que se inventa” (Walsh, 2016, p. 72).

jovens com deficiência física. Entretanto, a partir de 1971, iniciou o acolhimento de jovens com variados tipos de deficiências.

A contestação iniciada por algumas pessoas que frequentavam o acampamento *Camp Jened* abarcava vários movimentos reivindicando direitos e reconhecimento. Os debates que ocorreram no acampamento, abordando assuntos como isolamento social, discriminação, acessibilidade, educação, institucionalização, sexualidade, entre outros, em prol dos direitos das pessoas com deficiência, reverberaram em movimentos maiores. Alguns dos acampados tornaram-se ativistas em busca de direitos e do reconhecimento da potência de suas existências, remetendo à expressão “*Nada Sobre Nós, Sem Nós*”.¹⁰

Entre os protagonistas, destaca-se Judy Heumann.¹¹ Acometida por poliomielite aos 18 meses de idade, Judy utilizou cadeira de rodas por quase toda a vida. Participante do acampamento de verão *Camp Jened* dos 9 aos 18 anos, seu envolvimento nesse espaço de liberdade e contestação foi crucial para acreditar em outras possibilidades de existência. Junto a outros campistas, ela começou a promover grandes movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, fundando em 1970 a organização “Disabled in Action”,¹² composta por pessoas com deficiência que assumem o protagonismo de suas vidas.

Não aceitando mais a antiga ordem que os considerava invisíveis e experimentando o direito de manifestar-se, de ressignificar suas existências, recusaram o papel que a sociedade normatizadora lhes havia destinado. Forjados na luta coletiva, eram corpos resilientes. Judy Heumann, reconhecida como líder na luta pelos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo, trabalhou com os presidentes Bill Clinton e Barack Obama.

A experiência retratada no documentário me inspira a relacionar com a escrita de Catherine Walsh (2016, p. 67), que afirma que “a luta não é apenas contra a ordem dominante e a matriz colonial de poder, mas, de forma mais significativa, para construir diferentes maneiras de ser e pensar no mundo”, instigou uma ‘insurgência’. Assim, considero que as construções coletivas da insurgência desses corpos considerados subalternos criam brechas nas estruturas normativas, proporcionando a criação de várias outras formas de existência.

¹⁰ Ativistas ao redor do mundo adotaram esse lema, transformando-o em uma bandeira de luta pelo protagonismo das pessoas com deficiência em suas próprias vidas e em tudo que lhes diz respeito.

¹¹ Durante a elaboração deste trabalho, Judith Ellen “Judy” Heumann veio a falecer no dia 4 de março de 2023, em Washington, Estados Unidos.

¹² A DIA é uma organização voltada para os direitos civis, cujo objetivo é garantir a proteção de pessoas com deficiência. Luta incessantemente para eliminar as barreiras que impedem essas pessoas de viverem em igualdade na sociedade norte-americana.

Nesse sentido, a experiência vivida no *Camp Jened*, o acampamento retratado no documentário, teve impacto não apenas na vida das pessoas com deficiência, mas, ao receber apoio e unir-se a outros movimentos sociais, como o movimento negro,¹³ o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+ (na época denominado Movimento Gay), a luta pelo direito de afirmar a vida e sua multiplicidade tornou-se coletiva. No documentário, observa-se que isso provocou transformações sociais mais amplas, o que demonstra a força do coletivo para a reinvenção do mundo. Entendo que o *Camp Jened* provocou uma fissura na naturalização da busca pela norma como a única possibilidade de estar em sociedade. As fissuras, de acordo com Walsh (2016, p. 68), "são consequência, em grande medida, da resistência e insurgência dos movimentos sociais". Diante das questões levantadas, proponho a seguinte problematização para este trabalho: Qual é a percepção de pessoas com deficiência a respeito dos direitos adquiridos através dos movimentos sociais e políticos do início dos anos 80 no Brasil, em relação às suas vidas diárias? Com esta indagação em mente, proponho os seguintes objetivos para esta pesquisa:

1. Examinar a história do movimento social e político das pessoas com deficiência em diálogo com a produção de direitos.
2. Discutir práticas de existência e (re)existência das pessoas com deficiência, conectadas aos âmbitos jurídico e social.
3. Investigar como a conquista de direitos ecoa no cotidiano das pessoas com deficiência em décadas subsequentes.

A partir disso, entendo que é relevante compreender as especificidades dos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência. Para tal, faço uso da História. No entanto, não de uma História convencional e linear, mas na perspectiva da historicização (Prado Filho) de utilizar a história como um recurso metodológico do pensamento, com a finalidade de questionar e criticar como nos tornamos o que somos atualmente.

¹³ Bradley Lomax, militante do Partido dos Panteras Negras nos Estados Unidos, era portador de Esclerose Múltipla e utilizava cadeira de rodas. Ele aliou-se ao movimento liderado por Judy Heumann, protestando em defesa da Lei de Reabilitação, face à posição de recusa do Presidente Nixon em reconhecê-la. A referida Lei era um projeto destinado a garantir alguns direitos para as pessoas com deficiência. O Partido dos Panteras Negras desempenhou um papel essencial para o êxito das reivindicações, fornecendo alimentação a todos os participantes da ocupação da sede do Departamento de Educação, Bem-Estar e Saúde, em 1972, na cidade de São Francisco.

3 ELEMENTOS HISTÓRICOS LIDOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADES PARA A CONQUISTA DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O velho está morrendo e o novo não pode nascer (Gramsci, 2014).

A filósofa e teórica política norte-americana Nancy Fraser (2020) intitula um de seus livros com uma frase do filósofo italiano Antonio Gramsci¹⁴ (2014, p. 187): “O velho está morrendo e o novo não pode nascer”. Embora em contextos históricos distintos, ambos buscam entender as transformações pelas quais o mundo atravessa. Nancy Fraser refere-se à crise do neoliberalismo no início do século XXI e às possíveis consequências futuras dessa crise global, enquanto Gramsci elabora uma análise focada no pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1917) e na ruptura da hegemonia política que culmina nos regimes totalitários na Europa.

Gramsci menciona a perda de autoridade das instituições como fator essencial para a instabilidade e o surgimento de uma nova forma de governança. Tal contexto histórico italiano conduz ao poder Benito Mussolini e o fascismo, mas não se restringe à Itália. A crise hegemônica se instaurou em grande parte da Europa, contribuindo para um conflito subsequente que envolveu todas as nações: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Como provocação inicial, proponho esta citação para tentar situar as mudanças de perspectivas, ou crises políticas, sociais e econômicas, que sinalizam que algo anteriormente percebido como permanente em sociedades modernas chegou ao fim. Contudo, ainda não era possível antecipar a nova fase que emergiria. Considero necessário revisitar o passado para compreender o contexto que permitiu o surgimento de movimentos contestadores das antigas estruturas que sustentavam a sociedade, questionando não somente os formatos econômico e político preestabelecidos, mas sobretudo a exclusão e opressão de grupos considerados subalternos, como negros, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência.

Nessa linha, questionar verdades supostamente imutáveis, concebidas com a finalidade de subjugação de determinados grupos sociais e políticos, é o principal ingrediente da maioria dos movimentos sociais que se intensificaram no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 1960 em muitos países do mundo.

¹⁴ Antonio Gramsci foi preso na Itália entre os anos de 1926 e 1937. Durante esse intervalo, elaborou anotações manuscritas que culminaram na criação de 29 cadernos, posteriormente conhecidos como "Cadernos do Cárcere" (Gramsci, 2014).

Michel Foucault, em uma entrevista de 1984 sobre Política e Sistemas Sócio-Políticos, argumenta que devemos elaborar formas de vida livres e autônomas, cabendo a nós e aos grupos sociais pensar em novas formas de atuação política. O autor exemplifica com os movimentos políticos das décadas de 60 e 70, descritos por ele como não programáticos, ou seja, que não possuíam um programa de reformas do tipo proposto pelos partidos políticos tradicionais. Para Foucault, essa ausência de um programa definido pode ser "muito útil, original e criativo". Segue um trecho da entrevista:

Penso que seja necessário preservar o que foi produzido nos anos 60 e início dos anos 70. Um dos aspectos a ser preservado, em minha opinião, é a existência, fora dos grandes partidos políticos e do programa comum, de uma certa forma de inovação política. É fato que a vida cotidiana mudou significativamente entre o início dos anos 60 e agora; minha própria vida é testemunha disso. Essas mudanças, evidentemente, não se devem aos partidos políticos, mas sim aos numerosos movimentos. Estes movimentos têm transformado realmente nossas vidas, nossa mentalidade e nossas atitudes, assim como as atitudes e mentalidades de outros que não pertencem a esses movimentos. E isso é muito importante e muito positivo. Repito, não são essas tradicionais e normais organizações políticas que propiciam este exame (Foucault, 2004, p. 276).

Os movimentos políticos e sociais surgidos nas décadas de 1960 e 1970 emergiram como forças alternativas, resistindo às antigas relações de opressão e variadas formas de dominação. Ao resistirem, criaram novos espaços de luta e oportunidades de autotransformação e modificação das diversas formas de existência. Neste artigo, contextualizo a trajetórias desses movimentos sociais e políticos nesse período.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, testemunhou-se um crescimento econômico acentuado nos países capitalistas desenvolvidos,¹⁵ uma era que Hobsbawm (1997, p. 254) denomina "os anos dourados" (1945-1973). A recuperação dos estragos da guerra tornou-se objetivo para todos os governos, principalmente europeus. Para os Estados Unidos, a nação que mais se beneficiou economicamente com a guerra e que se tornou dominante na economia mundial, esta era não foi considerada tão revolucionária (Hobsbawm, 1997, p. 254), pois a economia continuou a crescer.

Nesse mesmo período, em plena Guerra Fria,¹⁶ registrou-se um aumento da intervenção estatal nos sistemas de regulação social e proteção ao trabalho. Ao contrário do período pré-

¹⁵ Hobsbawm (1997, p. 255) sustenta que esse período alcançou dimensões globais, embora a riqueza não tenha beneficiado a todos igualmente. Mesmo os países em situação de pobreza notaram mudanças em suas condições de vida, a título de exemplo, "durante as décadas douradas, não houve fome endêmica".

¹⁶ As duas superpotências que emergiram após a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, viviam sob constante ameaça de confronto

guerra, quando o Estado alegava que suas responsabilidades se limitavam aos mais pobres, passa-se a ter uma preocupação em ofertar serviços sociais (assistência, manutenção de renda, educação), sobretudo através da promoção do pleno emprego. Esta ação caracterizou o que se conhece como Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) nas sociedades capitalistas ocidentais.

Segundo Hobsbawm (1997, p. 265), o capitalismo do pós-guerra representou um casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social, fenômeno possibilitado por um período de estabilidade. Essas políticas de bem-estar social foram eficientes na expansão das atividades econômicas. A fluidez econômica, o aumento da lucratividade das empresas aliado à ampliação dos ganhos salariais e ao crescimento significativo dos salários, resultaram numa expansão do consumo, atendendo às aspirações de uma parcela relevante da população.

Entretanto, na década de 1960, esse modelo capitalista começou a revelar indícios de desgaste, exemplificando a dificuldade em manter o equilíbrio entre a política econômica e as políticas sociais. Sobre as transformações ocorridas na segunda metade do século XX, Hobsbawm (1997, p. 283) afirma que

a novidade dessa mudança foi tanto em sua rapidez quanto em sua universalidade. Claro, as partes desenvolvidas do mundo, isto é, para fins práticos, as partes central e ocidental da Europa e a América do Norte, além de uma pequena faixa de ricos e cosmopolitas em toda a parte, há muito viviam num mundo de constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural. Para eles, a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que estavam acostumados em princípio. [...] extraordinária quanto em sua universalidade. Foi preciso tempo para perceber e avaliar a transformação de crescimento material em distúrbios qualitativos da vida. Porém, para muitas partes do mundo, as mudanças foram igualmente repentinas e profundo impacto. De acordo com Hobsbawm, para 80% da humanidade, a Idade Média terminou subitamente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960.

Hobsbawm (1995, p. 284) destaca como exemplo de profundas transformações o fenômeno que ele nomeia de "morte do campesinato". A rápida industrialização, sobretudo nos países capitalistas ocidentais, acelerou um processo já observável em décadas anteriores: o declínio da população agrícola ou rural. Durante este período, somente a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia, e a China permaneceram essencialmente rurais. A mão de obra do campo, deslocada para os centros urbanos em rápida industrialização, foi substituída pelo aumento do uso de maquinário agrícola e por uma agricultura voltada para o mercado internacional.

O historiador britânico oferece dados que se correlacionam com minha pesquisa, uma vez que exemplificam como esse processo de urbanização exigiu dos governos políticas

direcionadas à educação secundária e superior da população que necessitava de qualificação para ocupar os novos postos de trabalho. De acordo com o autor, "a demanda por vagas na educação secundária e, principalmente, superior cresceu de maneira extraordinária" (Hobsbawm, 1994). Seria esse grupo de estudantes universitários que, na década de 1960, protestaria nas ruas reivindicando mudanças na esfera política e, acima de tudo, transformações sociais. O movimento, conhecido como "maio de 68", teve início com a mobilização de estudantes franceses insatisfeitos com a estrutura universitária, mas se expandiu incorporando outros segmentos sociais, defendendo liberdades individuais e coletivas, além de uma maior participação política numa estrutura política considerada opressora.

O escritor e historiador paquistanês, Tariq Ali, em sua autobiografia, reflete sobre a experiência de viver os anos 1960 e como esse período ainda é referência para as manifestações estudantis contemporâneas. Todas as vezes que os estudantes protestam, as reminiscências de 1968 ressurgem. Segundo Ali, "os anos 1960 se recusam a desaparecer" (Ali, 2008, p. 20). Aqueles que eram jovens nessa época, agora com idades entre 60 e 70 anos, são muitas vezes profissionais atuantes no campo midiático (jornais, revistas) e, a qualquer indício de movimentação nas ruas, suas memórias daquela década são evocadas. O autor argumenta que o movimento estudantil conquistou poucas vitórias políticas, mas que sua maior conquista foi disseminar globalmente a crença numa mudança de paradigmas. Para o autor,

sua originalidade (do movimento) reside em ter marcado toda uma geração e em todos os continentes; foi o primeiro movimento verdadeiramente global que veio de baixo. Em retrospecto, é fácil perceber que a revolta teve suas limitações. Houve excessos, escassos apelos sérios às armas, mas, apesar disso, as ideias apresentadas pelos movimentos e partidos políticos daquela época foram audaciosas, e as causas abraçadas foram tanto utópicas quanto reais: poder proletário na França e na Itália, democracia socialista na Checoslováquia e na Polônia, liberdade nacional no Vietnã, em Angola, Moçambique, Guiné, África do Sul e Palestina; revoluções democráticas em Portugal e Paquistão; luta armada inspirada por Fidel Castro e Che Guevara em toda a América Latina; movimentos sociais emergentes que exigiam direitos iguais para as mulheres, liberdade sexual para todos e rejeição de códigos jurídicos arcaicos que sustentavam uma ordem social e sexual repressiva" (Ali, 2008, p. 22).

Conforme afirmado previamente, no início da década de 1960, o modelo econômico consolidado no período pós-guerra já apresentava indícios de esgotamento. A desaceleração da economia e o final da chamada "época de ouro" do capitalismo constituem alguns dos elementos dessa nascente convulsão social, envolvendo estudantes universitários e de ensino médio, operários - uma greve geral de trabalhadores abalou a França, colocando em risco a presidência do general De Gaulle—mulheres, negros e homossexuais.

É essencial trazer para esta contextualização o fato de que o mundo estava atento aos conflitos bélicos, em especial aqueles com os Estados Unidos como protagonistas, como a Guerra Fria (Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e a Guerra do Vietnã. As nações exploradas dos antigos impérios coloniais também resistiam à manutenção do sistema de exploração colonial. Países como Angola, Argélia, Moçambique e Guiné-Bissau enfrentavam intensas batalhas pela libertação nacional. A bem-sucedida Revolução Cubana (1959) servia de inspiração para movimentos de independência em América e África. As manifestações estudantis de maio de 1968, iniciada na França, propagaram-se para o mundo.

Para os Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial resultou em ganhos econômicos e políticos extraordinários, elevando o país à condição de principal superpotência mundial, ao lado da União Soviética. Essas duas superpotências inauguraram o período conhecido como mundo bipolar (1945-1985). Essa bipolaridade resultou em um antagonismo econômico e político, e principalmente ideológico, a chamada "Guerra Fria". Nos Estados Unidos, o combate ao comunismo foi empreendido pelo Estado para frear a influência soviética no país e em nações aliadas. Uma das justificativas utilizadas pelo governo americano para o uso de todas as ferramentas necessárias para conter o comunismo era a alegada defesa da liberdade das nações contra governos totalitários. Em 1947, o presidente Harry Truman fez um discurso no Congresso Nacional defendendo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) como um organismo de cooperação mútua entre as nações. Em um trecho do discurso, ele afirma que

um modo de vida baseia-se na vontade da maioria e é caracterizado por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade para os indivíduos, liberdade de expressão e de religião e liberdade para evitar a opressão política (Morris, 1964).

O conteúdo do discurso voltado à defesa dos direitos democráticos não refletia a realidade de uma parte significativa da população do país, a comunidade negra (aproximadamente 12%). Apesar do término da escravatura em 1865, essa comunidade experienciava oficial e legalmente, nos estados do Sul, as denominadas leis *Jim Crow*.¹⁷ Estas eram fundamentadas no princípio de mundos “separados, mas iguais”, impondo um regime de desumanização total e negação de direitos fundamentais como educação, saúde, transporte e emprego (Manoel; Landi, 2020, p. 24).

Foi nesse contexto que tomou corpo um dos movimentos sociais mais impactantes dos Estados Unidos, o movimento por direitos civis. Ele viria a inspirar outros movimentos, nas

¹⁷ Leis estaduais e locais que determinavam a segregação racial foram aplicadas de 1877 até 1964.

décadas seguintes, que lutavam contra a opressão buscando igualdade de direitos e condições dignas de existência. Reitero que esses movimentos sociais não eram isolados. Os diferentes movimentos que abordarei neste trabalho coexistiam e compartilhavam esse momento histórico, muitas vezes com reivindicações em comum. Considero imprescindível analisar esse período levando em conta as interseções das lutas desses movimentos, integrando questões de raça, classe e gênero.

Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma intensificação do êxodo rural nos Estados Unidos, semelhante à observada em outros países, um movimento que persistiu mesmo após o fim do conflito. Isso trouxe afro-americanos do Sul para as cidades do Norte do país, pressionando os políticos a considerar essa parcela da população. Além disso, os soldados negros que participaram da guerra,¹⁸ impregnados por sentimentos de defesa das liberdades democráticas e igualdade de direitos, não estavam dispostos a aceitar a discriminação e segregação em seu próprio país, onde enfrentavam violência policial e extrema pobreza diariamente. Para a população negra americana, a luta pela emancipação de seu povo estava apenas começando. Nesse sentido, o jornalista Ahmed Shawki (2017, p. 181) afirma que

as raízes do movimento pelos direitos civis das décadas de 1950 e 1960 estão nas mudanças nas condições e na vivência dos negros durante a Segunda Guerra Mundial. Muitos empregos até então fechados para trabalhadores negros de repente estavam disponíveis. A migração negra para o norte atingiu uma escala sem precedentes. Até a véspera da Primeira Guerra Mundial, 90% dos negros viviam no Sul. Até 1940, 77% de todos os negros moravam nos antigos estados escravistas-comparado com 27% de brancos. Em 1950, o número tinha caído para 68%, uma dinâmica que continuaria até os anos 1960. [...] Em 1940, 28% dos negros trabalhavam na área de serviços, e o emprego em fazendas tinha diminuído para 32%. Em 1960, 38% dos negros eram operários, 32% atuavam na área de serviços e apenas 8% de todos os negros empregados trabalhavam em fazendas.

A urbanização da população negra, o acesso à educação, a participação em uma guerra de resistência à tirania e opressão, e as experiências adquiridas na volta para casa, constituíram os elementos chave para desafiar o sistema opressor e desigual no qual a população negra dos EUA vivia.¹⁹ As grandes manifestações, principalmente a partir de 1950, tinham como objetivo primordial acabar com o sistema de segregação ainda presente nos estados do Sul. Apesar de a Suprema Corte já ter decidido, na década de 1940, que a lei de segregação em ônibus intermunicipais era inconstitucional, assim como as eleições primárias exclusivas para brancos,

¹⁸ "Milhares de indivíduos negros se alistaram no exército. Surpreendentemente, mais de três milhões desses homens se candidataram para o serviço, dos quais meio milhão foram designados para atuar no exterior" (Shawki, 2017, p. 182).

¹⁹ Não estou inferindo que não tenha ocorrido qualquer forma de resistência. Na verdade, o povo negro nunca parou de lutar.

a segregação persistia. A despeito dessas vitórias importantes terem fortalecido a autoconfiança da comunidade negra, elas também retardaram o crescimento do movimento.

O movimento contestatório ganhou maior visibilidade quando os protestos se tornaram mais frequentes e bem-sucedidos. Em 1954, a Suprema Corte declarou inconstitucional uma decisão de 1896 que validava a segregação racial (particularmente no Sul) em locais públicos, tais como escolas, hospitais, ônibus e parques. A nova sentença, denominada *Brown versus Comitê de Educação de Topeka*, instituiu o fim da segregação nas escolas públicas. Na prática, pouca transformação foi notada, pois muitos estados inventaram subterfúgios para elidir a aplicação da lei. Entretanto, essa primeira decisão favorável foi considerada um marco para o movimento.

Ocorreu outro marco importante para o movimento em Montgomery, Alabama, no ano de 1955, com Rosa Parks, ativista da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP),²⁰ assumindo papel de destaque. Parks recusou-se a ceder seu lugar no ônibus a um passageiro branco, conforme solicitado pelo motorista, e foi presa. No dia seguinte, após pagar fiança, ela foi solta e a NAACP decidiu utilizar o caso para atrair a atenção da sociedade e das autoridades, convocando um boicote aos ônibus da cidade. Esse boicote durou 381 dias, culminando com a decisão da Suprema Corte, que declarou a segregação racial nos transportes públicos inconstitucional (sendo que essa segregação já havia sido julgada inconstitucional em 1946).

Segundo Ahmed Shawki (2017, p. 188), “o crescimento da militância entre os negros sulistas produziu suas próprias lideranças e organização”. Pois os partidos políticos oficiais existentes não defendiam os interesses da população negra e, muitas vezes, apoiavam a segregação. Ele também destaca que as associações negras existentes, a NAACP e a Liga Urbana, “buscavam encerrar a segregação por meios legais” e que suas reivindicações eram razoáveis e “não visavam desafiar o sistema de segregação como tal” (Shawki, 2017, p. 189).

Esse perfil mais pacifista pode ser atribuído ao fato de o movimento possuir origens religiosas, sendo liderado frequentemente por líderes eclesiásticos, como o Dr. Martin Luther King, reverendo de uma igreja batista da Geórgia. King pregava que a luta por direitos deveria se basear na desobediência civil, na resistência pacífica, ou seja, na desobediência a leis consideradas injustas. King emergiu para o cenário político nacional a partir do boicote aos

²⁰ Fundada em 1909, em resposta ao linchamento de dois jovens negros ocorrido em 1908, a organização teve como meta inicial combater o fim da segregação e discriminação racial. Permanece ativa até os dias atuais, defendendo incessantemente os direitos da comunidade negra nos Estados Unidos. A mencionada organização alcançou diversas vitórias na Suprema Corte. Em 1954, a organização registrava meio milhão de associados.

ônibus de Montgomery. Ele criou, em 1957, uma nova associação chamada Conferência da Liderança Cristã do Sul com o intuito de coordenar ações para a obtenção de direitos civis.

Em 1965, ocorreram três importantes marchas da cidade de Selma, no Alabama, até a capital do estado, Montgomery. Estes eventos foram motivados pela reação violenta da população branca contra o registro eleitoral da população negra em Selma. Quando ativistas da Liga dos Eleitores do Condado de Dallas tentaram realizar o recenseamento eleitoral necessário para votar, foram violentamente atacados por funcionários públicos estaduais e municipais, com o apoio do Conselho de Cidadãos Brancos e da Ku Klux Klan,²¹ grupos que eram contra o fim da segregação racial e, principalmente, contra o direito ao voto da população negra.

A lei assinada em agosto de 1965 pelo presidente Lyndon Johnson, vista geralmente como resposta aos movimentos negros, emergiu após um significativo protesto pelo movimento dos direitos civis. Entretanto, a aprovação desta lei de direito ao voto foi apenas uma das muitas que frequentemente mostraram-se ineficazes num sistema judiciário que protegia o privilégio branco. Entretanto, as ações de associações contra a segregação e pelo direito ao voto tiveram um impacto notável, atraindo a atenção do país e de observadores internacionais para o racismo da sociedade estadunidense.

Diante da repercussão mundial, o governo federal implementou alguns atos legislativos com a intenção de responder à sociedade e aos manifestantes. Além dos ganhos políticos, destaca-se a abrangência das reivindicações. Grupos e associações que contribuíram para o grande movimento pelos direitos civis, principalmente no Sul escravista, mas também no Norte considerado progressista, construíram uma ideal de igualdade de direitos, mas sobretudo de direito à existência.

Por um lado, havia esse perfil de reivindicação considerado pacifista; por outro, o movimento ganhou força com figuras como Malcolm X e os Panteras Negras, que defendiam a ampliação e radicalização das pautas, com foco na exploração econômica da população negra. Malcolm X apresentava duras críticas aos líderes pacifistas dos movimentos dos direitos civis. Em um de seus veementes discursos, ele afirmou que

assim como o senhor de escravos do passado usava o Tom, o escravo da casa, para manter os escravos do campo sob controle, o mesmo antigo senhor de escravos, hoje em dia, usa negros que não são nada além do moderado Tio Tom, o Tio Tom do século XX, para nos manter a mim e a você reprimidos, para nos manter sob controle, nos manter passivos e pacíficos e não violentos. Este é o Tom tornando você não violento. Isso é como quando você vai ao dentista e o profissional vai extrair seu dente. Você

²¹ Movimento reacionário e extremista dos Estados Unidos que defende a supremacia branca, o nacionalismo branco. O primeiro movimento surgiu em 1860. Na década de 1960 se colocam como opositores ao movimento pelos direitos civis, utilizando violência e assassinatos contra ativistas.

vai lutar com ele quando ele começa a puxar. Então ele aplica algo em você chamado de xilocaína, para fazer você pensar que eles não estão fazendo nada com você. Então você senta lá e, porque você tomou toda a anestesia, você sofre - pacificamente. O sangue escorre pela sua boca e você não sabe o que está acontecendo. Porque alguém te ensinou a sofrer - pacificamente (Malcolm X *apud* Shawki, 2017, p. 206).

Malcolm X condenava a exploração e precarização da vida do povo negro, promovendo a resistência armada a todo tipo de violência e opressão perpetrada pela sociedade capitalista estadunidense. Ele acreditava que o governo federal não era um aliado da comunidade negra, mas sim parte integral do problema. A mera aprovação de leis não se mostrava suficiente para cessar a opressão do seu povo. Ele é considerado o precursor ao se referir ao "nacionalismo negro"²², no qual a população negra deveria ter controle da economia, iniciando em sua comunidade. “Por que o povo branco deve possuir todas as lojas em nossa comunidade? Por que a economia de nossa comunidade deve estar nas mãos do homem branco?” (Shawki, 2017, p. 211). Malcolm X não advogava pela integração da população negra à sociedade branca estadunidense, já que acreditava não ser esta uma possibilidade real ou desejável.

Malcolm foi profundamente influenciado pelas suas duas visitas à África, especificamente aos países que haviam recentemente conquistado a independência. Durante essas viagens, ele começou a identificar que a luta contra o racismo estava intrinsecamente ligada à luta contra o capitalismo e o colonialismo, estabelecendo uma conexão entre a opressão racial e o sistema capitalista. Ele argumentava que “a luta negra nos Estados Unidos fazia parte de uma luta internacional” (Shawki, 2017, p. 212), sugerindo uma relação direta entre a luta por direitos nos Estados Unidos e o movimento de descolonização nos países africanos. A interconexão entre os movimentos sociais nos Estados Unidos, África e outros países onde a população negra resistia à subordinação, evidenciava a necessidade e urgência de resistência e articulações políticas.

O movimento negro, inspirado pelas lutas de libertação em todo o lugar, coloca os poderes coloniais americanos em uma posição defensiva. Ao expressar politicamente as emoções e aspirações dos negros (principalmente os pobres) e ao injetar confiança, orgulho e auto-respeito, principalmente nos mais jovens, Malcolm se torna uma fonte decisiva do movimento *Black Power* que estava a caminho. Existe um vínculo claro entre ele e o Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa (BPP, na sigla em inglês), convocando um animal que não atacaria a menos que provocado e que, nesse caso, defende-se ferozmente (Tible, 2022, p. 73).

Enquanto o movimento pelos direitos civis registrava vitórias, principalmente no campo jurídico e no direito ao voto, a violência contra a população negra crescia de forma alarmante.

²² Pouco antes de ser assassinado e questionado sobre este conceito, Malcolm afirmou que estava a reavaliar a sua definição e que tinha muito para ponderar.

Esta postura reacionária resultou em numerosas prisões e assassinatos de líderes chave do movimento, incluindo Malcolm X em 1965 e Martin Luther King em 1968.

De acordo com Ahmed Shawki (2017, p. 212), "é impossível prever como a política de Malcolm poderia ter evoluído se ele tivesse vivido mais tempo". Malcolm figurava entre os ativistas mais importantes e radicais do movimento, exercendo considerável influência sobre a juventude negra. Pouco antes de seu trágico assassinato, Martin Luther King reconsiderou suas posturas anteriores e passou a realizar uma crítica mais incisiva à exploração e à opressão presentes na sociedade estadunidense, o que resultou em um tom mais radical em seus discursos. Como observado por King, "a igualdade formal nas leis não necessariamente se traduz em uma igualdade real" (Shawki, 2017, p. 234).

O movimento pelos direitos civis serviu de estímulo para jovens negros, muitos dos quais influenciados pelas ideias emancipatórias de Malcolm X. Dentre esses jovens, destacam-se Huey P. Newton e Bobby Seale que, um ano após a morte de Malcolm, deram origem ao Partido dos Panteras Negras.²³ O principal motivador da formação desse partido foi a crença na necessidade de resistência contínua ao sistema opressor a que estavam submetidos. Os principais objetivos do partido eram combater a violência policial e defender a população negra, inclusive mediante a criação de patrulhas armadas.

Em maio de 1967, uma delegação armada do partido se dirigiu à sede legislativa da cidade de Oakland, Califórnia, para divulgar um manifesto—o "Programa de dez pontos". Esse manifesto, lido a partir da galeria dos visitantes, elencava reivindicações imediatas, as quais evidenciavam uma posição política anticapitalista e revolucionária. A associação que os membros do partido faziam entre capitalismo e exploração racial fica evidente nos pontos 2 ("Queremos pleno emprego para nosso povo") e 3 ("Queremos acabar com o roubo realizado pelos brancos em nossa comunidade negra") do programa. As demandas destacavam a necessidade de combate à classe dominante que oprimia e explorava a população negra. Para combater o sistema capitalista, os Panteras Negras compreenderam que era imprescindível estabelecer alianças com outros grupos, especialmente trabalhadores que também sofriam com as adversidades do sistema econômico capitalista. Na edição de 1972, já estava contemplada tal aliança:

Acreditamos que o governo dos Estados Unidos, que consideramos racista e fascista, utiliza suas agências internas de aplicação da lei para implementar seus programas de

²³ Na língua inglesa, conhecido como "Black Panther Party for Self-Defense" (Partido Pantera Negra para a Autodefesa). A pantera negra foi adotada como o símbolo do grupo, respaldada pela ideia de que esse animal ataca exclusivamente quando está acuado (Garcia, 2022, p. 125).

opressão contra a população negra, outros grupos étnicos minoritários e os pobres dentro do país. Defendemos, portanto, que é nosso direito nos proteger contra tais forças armadas e que todos os indivíduos negros e grupos oprimidos devem estar armados para a autodefesa de nossas comunidades e lares contra essas forças policiais que consideramos fascistas (Newton; Seale, 1972 *apud* Manoel; Landi, 2020, p. 86).

O Partido dos Panteras Negras rapidamente se tornou o referencial mais significativo na batalha contra o racismo e tudo que advinha dele, em especial as condições precárias de vida da população negra. Uma das principais ações do partido eram os serviços comunitários, através dos quais buscavam fortalecer os laços com a população e demonstrar a falha do Estado em prover assistência adequada. Entre esses serviços, destacava-se o café da manhã gratuito, que ocorria em dezenove diferentes cidades. A proposta era aproximar as lideranças do partido da comunidade, propiciando debates sobre problemas de moradia, saúde, alimentação e educação, entre outros.

Os membros fundadores do Partido dos Panteras Negras foram amplamente influenciados pelas ideias de Malcolm X, além de se basearem nas revoluções Russa, Cubana, Chinesa, no Quênia e na luta de libertação na Argélia. Referenciavam também os textos de Mao Tsé-Tung e do filósofo Franz Fanon (Garcia, 2022, p. 123). Em seus discursos, deixavam claro que sua luta era contra o capitalismo e o racismo. Desde a origem, o partido defendia princípios marxistas-leninistas e maoístas, apostando que o extermínio do racismo estaria intrinsecamente ligado ao fim da relação social capitalista (Garcia, 2022, p. 124).

Convém destacar a figura de Bradley Lomax, membro do partido e fervoroso incentivador das ações sociais. Apesar da esclerose múltipla e do uso de cadeira de rodas, Lomax participava ativamente das atividades do partido, inclusive na clínica médica das panteras negras que oferecia assistência médica e odontológica à comunidade. Pela sua condição e pelos desafios diários que enfrentava, sobretudo no acesso aos serviços públicos, Lomax também participava de movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, aproximando-se de Ed Roberts,²⁴ que fundou o Centro de Vida Independente de Berkeley.

Roberts Indicou que sua trajetória de luta por uma vida independente adveio de sua experiência como ativista no movimento pelos direitos civis dos negros e mexicanos (Sasaki, 2007, p.11). Sob sua influência, o Partido oferecia apoio às iniciativas em comunidades marginalizadas. Em 1973, o movimento das pessoas com deficiência por direitos ocupou o Departamento de Educação, Bem-Estar e Saúde em São Francisco visando aperfeiçoar a Lei de Reabilitação. Por interferência de Lomax, o Partido dos Panteras Negras forneceu alimentação

²⁴ Edward V. Roberts, tetraplégico devido à poliomielite, não conseguia mexer nenhuma parte do seu corpo, exceto a boca e os olhos. Ele foi um dos primeiros estudantes com deficiência a frequentar a universidade na Califórnia.

a todos os manifestantes durante o período que durou a ocupação do edifício, aproximadamente um mês.

Na obra *Raça, Classe e Revolução* (2020), Jones Manoel e Gabriel Landi indicam que outros movimentos oriundos de minorias étnicas coexistiram naquele período histórico nos Estados Unidos, compartilhando demandas com o movimento negro. Esses movimentos foram nomeados como: Poder Amarelo (comunidade asiática), Poder Vermelho (povo indígena), Poder Marrom (porto-riquenhos e outros latinos) e Poder Branco (pobres brancos).²⁵ A maioria desses grupos lutava contra a elite branca e dominante da sociedade estadunidense, assim como contra a pobreza e a exploração que todos enfrentavam. Compreendiam como essencial a derrubada do capitalismo e a formação de alianças contra o inimigo em comum.

Esse crescimento e a influência do partido entre a comunidade negra nos Estados Unidos²⁶ provocaram uma reação robusta por parte do governo. Em 1967, um programa comandado pelo Federal Bureau of Investigation (FBI) foi criado para espionar e reprimir os ativistas. O diretório do FBI caracterizou o Partido dos Panteras Negras como "a maior ameaça à segurança interna do país" (Shawki, 2017, p. 251). Dentre as medidas adotadas estavam a censura e proibição de jornais e publicações do partido, a disseminação de informações falsas—que os retratavam como terroristas—, além das prisões e assassinatos de militantes.

Nos primeiros quatro anos de atividade, 43 militantes do partido foram assassinados, a maioria em confronto com a polícia. No ano de 1969, várias sedes do partido foram atacadas pela SWAT (*Special Weapons And Tactics* [Armas e Táticas Especiais]). Houve um extenso processo de criminalização dos membros do partido. O caso conhecido como "as 21 Panteras de Nova York", em que os acusados foram julgados por terrorismo durante 13 meses antes de serem inocentados, é evidência do uso do rótulo de "terrorismo" para combater as ações políticas do partido. O FBI possuía uma unidade especial, a chamada "52", apelidada de "esquadrão racial", cuja função era atacar os Panteras Negras (Garcia, 2022, p. 133).

O enfraquecimento do Partido levou à sua extinção em 1982, com o encerramento da última sede. No entanto, tal organização continuou a inspirar gerações ao redor do mundo, inclusive no movimento negro brasileiro, que combate a violência, a opressão e o genocídio de grupos minoritários.

O movimento pelos direitos civis permanece como um símbolo de resistência e liberdade para inúmeros jovens globalmente, reivindicando a restauração da dignidade humana para milhões de vidas subjugadas e objetificadas por um sistema econômico brutal. Este

²⁵ Devido à preocupação de não me desviar do escopo deste trabalho, não adentrarei nas especificidades desses movimentos., apesar de reconhecer sua importância.

²⁶ Em um período de dois anos, o partido inaugurou mais de 100 sedes por todo o território nacional.

movimento também foi catalizador e inspiração para outros movimentos, tais como o movimento feminista, o movimento gay, os movimentos de descolonização da África e da Ásia, o movimento hippie, o movimento estudantil, o movimento ecológico e, finalmente, o movimento para pessoas com deficiências, foco deste estudo. Por esta razão, é de extrema importância trazê-lo à discussão, porquanto as problemáticas discutidas dentro deste movimento contribuíram para a produção de novas oportunidades de existência para vários atores sociais.

Os movimentos que emergiram deste contexto histórico tiveram uma ampla extensão mundial, possuindo particularidades e não sendo homogêneos, ainda que apresentassem lutas com objetivo comum, devido aos seus contextos específicos. No entanto, convergiam na aspiração por um novo modelo de sociedade. Em seu livro autobiográfico, "*Tempos Interessantes*", Eric Hobsbawm (2002, p. 277) relata suas impressões sobre este período, discutindo a transformação das relações pessoais e a vontade de revolucionar a sociedade, ao invés de simplesmente escapar dela, o que demonstra a emergência de novos atores sociais em face das instituições em crise.

As reivindicações dos movimentos sociais a partir da década de 1960 estão indissociavelmente ligadas à formação de novas identidades, ou identidades plurais e multifacetadas que tentam subverter a ordem vigente, coletivamente denunciando opressões que transcendem questões econômicas e que exigem uma transição de paradigma. Isso possibilita que indivíduos considerados subalternos, discriminados, marginalizados, segregados ou excluídos alcancem igualdade jurídica e condições materiais de vida semelhantes, rompendo as estruturas de uma sociedade que obstaculiza suas existências.

Contrapondo-se a esta dominação sustentada por um modelo normativo de sociedade, que invisibiliza e promove a destruição de vidas consideradas "anormais", que produz discursos e práticas de apagamento de outras existências, coletivos se mobilizam. Nesse âmbito histórico, o movimento das pessoas com deficiência, em diálogo com outros movimentos sociais, propõe resistir²⁷ às antigas práticas de subalternização de certos corpos, articuladas por uma sociedade empenhada em manter a submissão desses grupos.

²⁷ "Resistência entendida como a afirmação da vida em sua totalidade e potencialidades, capaz de tornar explícito, perceptível e audível aquilo que, mesmo silenciado, clama. A resistência se mostra através do empenho e persistência numa estética de existência, guiada por uma ética diversa da vida" (Zanella; Furtado, 2015).

Podemos considerar o cenário do pós-Segunda Guerra Mundial como um período no qual a sociedade precisou direcionar sua atenção às pessoas com deficiência.²⁸ O retorno de milhares de soldados a seus países natais exigiu do Estado o reconhecimento de sua responsabilidade na assistência a este grupo. Nesse sentido, estruturas de apoio e políticas públicas de reabilitação física e psicológica foram concebidas, com o objetivo de promover a reintegração dos indivíduos à sociedade.

O movimento das pessoas com deficiência surgiu da apropriação desses mecanismos legais, como leis de reabilitação, inicialmente formulados para os feridos em guerras. A expansão dessas leis para aqueles com deficiência que não participaram de conflitos bélicos tornou-se um elemento central de mobilização dos movimentos sociais ao redor do mundo.

Reivindicavam-se direitos, principalmente aqueles relacionados à saúde, à educação e ao trabalho. No entanto, a principal luta era para que a condição de pessoas com deficiência não fosse interpretada como algo a ser corrigido, e sim como parte das formas plurais e singulares de existir no mundo.

²⁸ Neste cenário, discussões sobre políticas públicas voltadas à reabilitação de pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais ganham destaque, especialmente no que concerne aos soldados com sequelas derivadas de seu envolvimento em conflitos bélicos.

4 MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA²⁹

A verdadeira questão não é a de saber por que as pessoas se revoltam, mas por que não se revoltam (Reich, 2017).

Michel Foucault, ao comentar sobre maio de 1968 em uma entrevista, reconhece que

[...] sem maio de 1968, eu nunca teria feito o que fiz sobre a prisão, a delinquência, a sexualidade". [...] Aos seus olhos, o que é novo em 1968 é um interesse apaixonante de muitas pessoas por problemas concretos, relacionados à existência individual e coletiva, problemas do sexo, do corpo, da medicina, da loucura, do exercício da justiça, da escola, da universidade, etc., que não eram levados em conta pelo discurso político da época. [...] Ao longo do qual profissionais tentaram inventar novas relações: professores, médicos, enfermeiros, juízes, advogados, etc., mas também mulheres e crianças no interior das famílias. [...] A grande descoberta de 1968 é a dos "objetos políticos novos", uma série de domínios da existência, de facetas da sociedade, de recantos do vivido que até então tinham sido completamente esquecidos ou totalmente desqualificados pelo pensamento político (Foucault, 2019, p. 127-128)

Inauguro este capítulo com a citação de Michel Foucault, com o objetivo de incitar uma reflexão acerca de como a efervescência política, social e cultural da década de 60 propiciou deslocamentos, gerou novidades e gestou formas de resistência. Essa mobilização elevou à luz a invisibilidade e a marginalização de grupos minoritários, incluindo pessoas com deficiência, além de fortalecer novas maneiras de pensar e se posicionar no mundo, contrapondo-se a determinadas práticas históricas de produção de saberes sobre esses indivíduos.

Quando Foucault aborda a questão de novos objetos políticos, passo a considerar os emergentes sujeitos políticos surgidos dentro desse cenário de contestação da década de 1960. Complementarmente, faço alusão a Butler (2013), que manifesta que "os sujeitos coletivos/políticos são resultantes de práticas de exclusão". Há séculos, tais sujeitos são sistematicamente apagados e excluídos, e agora reivindicam seu legítimo espaço na sociedade. Considerando que esta pesquisa foca a partir da década de 1960, executarei uma breve análise das práticas sociais, favoráveis ou não, em relação às pessoas com deficiência nos períodos históricos anteriores.

A história da humanidade, desde tempos imemoriais, revela uma variedade de formas de interação com determinadas diferenças, recebendo um tratamento especial, seja de admiração e veneração, seja de temor e medo. Inumeráveis disparidades sofreram tratamentos variados ao longo dos milênios. Condições que eram objeto de profunda abominação, podendo conduzir ao ostracismo ou à eliminação, podem se transformar,

²⁹ É importante ressaltar que, ao me referir ao movimento político das pessoas com deficiência, não busco homogeneizá-lo. Pelo contrário, procuro valorizar a singularidade de cada indivíduo, sem restringi-lo a uma única identidade.

em diferentes contextos temporais, em objetos de afeição e simpatia. Outras condições podem ser rejeitadas em algumas comunidades e aceitas em outras, na mesma era, recebendo interpretações distintas e eventuais designações diferentes (Omote, 2004, p. 289).

A maneira pela qual a pessoa com deficiência foi percebida/procriada nos diversos contextos sociais da história humana tem em sua base valores éticos, morais, religiosos e econômicos. Historicamente, a situação das pessoas com deficiência tem sido caracterizada por eliminação, abandono, segregação, confinamento e diversas formas de exclusão. Contudo, a partir das últimas décadas do século XX, iniciou-se um processo de integração, reabilitação e subsequente inclusão. A ativista de direitos humanos, Isabel Maior (2017, p. 30), afirma que

a presença de diferenças entre seres humanos constituiu, durante séculos, razão para eliminação, exclusão e diversas formas de segregação daqueles considerados deficientes, entendidos como ameaça à sociedade, como doentes e incapazes. Em todas essas situações, evidencia-se a opressão promovida por aqueles em posição de poder sobre os indivíduos vulneráveis. Da invisibilidade à interação social, ocorreu uma extensa jornada por meio de intervenções caritativas e assistencialistas, que mantiveram as pessoas com deficiência em isolamento, seja nos âmbitos familiares ou em instituições de confinamento.

Apesar dos avanços, até o início do século XX, as pessoas com deficiência permaneciam isoladas e segregadas. Mesmo sendo agora alvos de estudos médicos e da educação, continuavam a ser enxergadas como corpos "defeituosos" a serem reparados, vistos como merecedores de tratamento em instituições hospitalares ou internatos. Esse cuidado institucional contribuiu para a perpetuação da segregação dessas pessoas, muitas vezes isoladas de suas famílias e comunidades, em locais distantes da sociedade, sob a justificativa de necessidade para seu processo educativo e proteção.

Essas instituições, originadas no século XV, só começaram a ser questionadas no século XX, especialmente no início da década de 1960, com a publicação do livro *ASYLUMS* (Manicômios, Prisões e Conventos em português) de Erwin Goffman (1999). O autor propõe uma análise robusta dos impactos da institucionalização na vida das pessoas com deficiência, destacando sua inadequação e ineficácia no favorecimento ao retorno dessas pessoas à vida social (Goffman, 1999).

Partindo do paradigma clínico terapêutico, avançamos para programas de reabilitação, inicialmente, como respostas às críticas ao modelo de institucionalização. Com a ocorrência das duas Guerras Mundiais (1914-1917 e 1939-1945), bem como a guerra do Vietnã (1955-1975), os governos passaram a reconhecer mais claramente suas responsabilidades aos veteranos de guerra que requisitavam por programas públicos de reabilitação. Os soldados

retornavam mutilados e necessitavam se readaptar para retomarem suas vidas profissionais e pessoais. Segundo a pesquisadora Arlete Salimene (1996, p. 34),

na Inglaterra, deu-se o primeiro passo significativo à reabilitação da pessoa com deficiência: com o fim da primeira guerra mundial, foi criada a comissão central da Grã-Bretanha para cuidar dos deficientes, com o objetivo de coordenar esforços na recuperação da população mutilada e sua reintegração social. Neste contexto, nos Estados Unidos foi criado também o "*Rehabilitation and Research Center*". Esses soldados lesionados na guerra precisavam de treinamento e assistência para assumir atividades rentáveis, o que conduziu o governo dos EUA a aprovar atos constitucionais garantindo suporte financeiro para programas de reabilitação.

Os movimentos universais que almejam direitos e políticas públicas para a reabilitação de pessoas com deficiência, principalmente física, emergiram com o objetivo de superar o modelo segregacionista. Anteriormente, a sociedade tendia a ignorar as questões relativas às pessoas com deficiência. Porém, com o retorno dos veteranos de guerra, muitos dos quais acometidos por lesões que resultaram em variados tipos de deficiência, essa questão passou a ter respaldo moral. Notadamente, esses indivíduos defenderam valores como igualdade e liberdade, resistindo a regimes totalitários que consideravam a vida das pessoas com deficiência como desnecessárias e passíveis de eliminação.

Nesse contexto, o dever dos governos de desenvolver políticas públicas que incluam essas pessoas torna-se premente. Isso implica garantir a integralidade delas à sociedade e garantir que suas demandas sejam consideradas nas agendas governamentais. O expansionismo de direções sociais por meio do denominado Estado de Bem Estar Social,³⁰ ou *Welfare State*, deve abranger todos os cidadãos. O movimento que se começou com as demandas dos ex-combatentes de guerra, necessitados de reintegração na sociedade, se expandiu e passou a ser compartilhado por indivíduos com diferentes tipos de deficiência em uma busca pela eliminação de todas as formas de barreiras que impedem o acesso à educação, trabalho e convivência social. É essencial salientar a mudança progressiva de uma tendência de institucionalização dos corpos deficientes para um modelo de integração.

Conforme explicitado em um capítulo anterior, as décadas de 1960 e 1970 foram particularmente prolíficas na formação de movimentos políticos e sociais que buscavam igualdade de direitos. Dentre esses, surge o movimento das pessoas com deficiência, estimulado

³⁰ A expressão em questão, originada na língua inglesa, foi criada na década de 1940. Este modelo de intervenção social foi adotado após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de estabelecer condições mínimas de vida para todos. Defende-se que o Estado deve assegurar saúde, alimentação e educação a todos os cidadãos, além de criar mecanismos que garantam a subsistência de pessoas com deficiência e idosos.

em parte pelas lutas reivindicatórias dos negros, mulheres, homossexuais, entre outros que, amparados pelo artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, insurgiram-se contra a ordem estabelecida.

O professor Romeu Sasaki (2007) nos relata a história de Edward Verne Roberts, ativista norte-americano considerado o precursor do movimento Vida Independente. Acometido de poliomielite, Roberts mobilizou-se por seu direito a frequentar a Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1962, apesar da resistência da reitoria. A admissão fez com que outros alunos com deficiência também fossem admitidos. Juntamente com mais seis amigos, todos com tetraplegia criam um grupo chamado “*Rolling Quads*”³¹ (Tetra Rolantes) dando início a várias reivindicações de condições para a permanência dos alunos de Roberts abriu caminho para que outros estudantes com deficiência na Universidade. Criaram o primeiro programa de serviços para deficientes liderados por alunos nos Estados Unidos.

Sua participação ativa na luta por direitos leva com que seja procurado por pessoas com deficiência que estão fora da universidade, mas que compartilhavam as mesmas dificuldades no acesso a políticas públicas. Ele liderou também fossem admitidos. No final das contas, a luta de Roberts culminou na criação do Centro de Vida Independente, instituição que almeja o reconhecimento do direito a uma vida autônoma e independente para todas as pessoas com deficiência. O centro era administrado por e para pessoas com deficiência. Ed Roberts sempre destacava que foi participando do movimento pelos direitos civis que entendeu que precisava lutar por direitos que garantissem a todas as pessoas com deficiência o reconhecimento³² de seu direito de existir, “Aprendi todas essas ótimas habilidades organizacionais, mas agora eu deverei juntar-me as pessoas com deficiência” (Sasaki, 2007, p. 10).

Judy Ellen Heumann³³ (Judith Ellen Heumann), conhecida como a mãe do Movimento pelos Direitos dos Deficientes. Diagnosticada com poliomielite e usuária de cadeira de rodas desde a infância, Judy se opôs ao sistema educacional que não permitia sua inclusão em classes regulares. Através do empenho de sua família e de outros pais de crianças com deficiência, o governo foi pressionado a mudar essa política, permitindo que Judy frequentasse uma escola

³¹ Sasaki (2007) argumenta que a luta pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência tem suas raízes no âmbito grupal. A partir deste ponto, argumenta ele, a questão atrai a atenção da sociedade e do governo.

³² Aqui, apresento a conceitualização de Nancy Fraser, que categoriza as reivindicações por justiça social em dois grupos: redistributivas, que se referem a recursos e riquezas, e de reconhecimento, que aspiram por um mundo que aceite as diferenças (Fraser, 2002). Na minha visão, neste estágio inicial, o movimento das pessoas com deficiência está focado numa reivindicação redistributiva, pois almeja ser atendido por políticas públicas que promovam sua integração na sociedade. No entanto, na busca pelo reconhecimento de suas existências, luta também pelo direito de existir.

³³ A fonte das informações utilizadas foram obtidas das páginas dedicadas à memória de Judy Heumann no Facebook (<https://www.facebook.com/judith.heumann>) e no Instagram (<https://www.instagram.com/theheumannperspective/>).

regular no ensino médio, em 1961. Ela própria reconhece que a consciência da necessidade de unir forças para combater o sistema de segregação, aceito como natural na sociedade, surgiu a partir de sua experiência no *Camp Jened*.³⁴ Frequentou o acampamento dos 9 aos 18 anos durante as férias de verão e declara o quão tais encontros foram transformadores, inculcando nela um sentimento de pertencimento. Refletindo sobre a experiência, ela diz: “Compartilhamos a mesma alegria, a mesma indignação pela maneira como fomos tratados e as mesmas frustrações pelas oportunidades que nos foram negadas” (Crip Camp, 2020).

A partir dessa percepção de invisibilidade e opressão a que estavam submetidas as pessoas com deficiência, ela e outros participantes do acampamento começaram a organizar reuniões para discutir a defesa dos direitos dessas pessoas. Organizavam comícios e protestos sempre que percebiam algum ato de discriminação, exigindo acessibilidade e dignidade no trato. No ano de 1970, ela se tornou a primeira pessoa com deficiência a receber uma licença de professora e a lecionar numa escola em Nova York, realização apenas possível após processar o Conselho de Educação, que inicialmente não reconheceu sua "capacidade" para tal função.

Sua proeminente atuação como ativista acarretou o recebimento de inúmeras denúncias, de todo o país, sobre situações de discriminação e preconceito enfrentadas por pessoas com deficiência, sobretudo em relação ao acesso à educação, saúde, trabalho e aos serviços públicos. Como resposta, ela e seus amigos, todos com algum tipo de deficiência, fundaram o DIA, uma organização dedicada a atender as demandas desse grupo através de litígios e, principalmente, de manifestações para erradicar a discriminação e derrubar as barreiras que impedia a plena participação dessas pessoas em todos os espaços sociais.

Um evento marcante nas diversas lutas organizadas pelo grupo de Judy Heumann (DIA), juntamente com outras associações e ativistas, foi o protesto conhecido por 504 Sit-in. Este movimento reivindicava principalmente a regulamentação da Seção 504 da Lei de Reabilitação,³⁵ considerada a mais importante legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos até então. Judy e aproximadamente 150 pessoas, a maioria com

³⁴ Como mencionado anteriormente, houve um acampamento para crianças com deficiência, no distrito de Nova York (1951-, que funcionou entre 1951 e 2009).

³⁵ Desde o início do século XX, o governo norte-americano estabeleceu leis para proteger os indivíduos com deficiência física, com foco inicial nos veteranos de guerra. Gradualmente, todas as pessoas com deficiência foram incorporadas a esse amparo legal. Em 1956, a criação do Seguro por Incapacidade Social marcou um avanço, embora ainda houvesse obstáculos. Em 1968, a Lei das Barreiras Arquitetônicas buscou proporcionar acessibilidade, com o objetivo de favorecer a empregabilidade das pessoas com deficiência. Em 1973, a Lei de Reabilitação introduziu uma legislação que criminaliza a discriminação de pessoas com deficiência, sobretudo nos serviços públicos ou naqueles financiados por verbas governamentais. Em 1990, a Lei dos Americanos com Deficiência foi sancionada, estendendo a criminalização da discriminação para todas as esferas da vida pública.

deficiência, ocuparam um edifício federal que albergava o Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar, cujo secretário vinha protelando a assinatura que regulamentava a Seção 504³⁶ por 26 dias e recebeu ajuda e apoio de vários outros grupos sociais que lutavam por direitos, como disse Lomax:³⁷ “Sempre apoiamos quem luta por seus direitos” (Crip Camp, 2020). Entre esses grupos temos o Partido dos Panteras Negras, grupo LGBT Gay Men’s Butterfly Brigade, Sindicatos de trabalhadores, grupos feministas, entre outros.

Durante esse período ocorrem inúmeras audiências buscando um acordo e manifestantes. Numa dessas audiências, ao propor alterações na Seção 504, como a eliminação da obrigatoriedade de acessibilidade em hospitais e escolas, um funcionário do governo usou a expressão "separados, mas iguais", amplamente utilizada para defender a segregação racial. Esses argumentos irritaram os manifestantes, que decidiram pressionar congressistas na capital do país para a assinatura integral da lei.

Esse movimento, bem retratado no documentário Crip Camp, evidencia a força coletiva que promove mudanças significativas na forma como as pessoas com deficiência são vistas e tratadas. Elas passaram a assumir um papel protagonista em suas lutas, ecoando o mantra “*Nada Sobre Nós, Sem Nós*”.³⁸

A exigência de serem ouvidas e terem seus direitos reconhecidos, especialmente no que tange à elaboração de políticas públicas que favoreçam pessoas com deficiência, traz à mente os escritos de Michel Foucault que afirma: resistir também “é uma forma de produzir o novo”. Foucault (1995, p. 235) reflete sobre as formas de resistência e como elas estão vinculadas a certos tipos de luta:

As lutas contra a dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos do que eles produzem; ou contra aquilo que vincula o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão).

No trabalho de Michel Foucault sobre o conceito de resistência, ele explora a produção de subjetividades, ou seja, como as existências são formadas e que saberes as influenciam. Aquilo que esses grupos construíram foi uma afirmação do seu próprio direito de existir e estar

³⁶ A Seção 504 da Lei de Reabilitação assegurava direitos às pessoas com deficiência, declarando que nenhuma pessoa em razão de sua deficiência deveria ser excluída, discriminada ou ter seus direitos negados por entidades ou empresas financiadas com verbas públicas no país.

³⁷ Bradley Lomax era membro do Partido dos Panteras Negras e também participava ativamente do movimento em defesa das pessoas com deficiência.

³⁸ Conforme Sasaki (2007), o lema foi elaborado por William Rowland, ativista negro sul-africano, engajado na resistência contra o apartheid e, posteriormente, adotado pela organização Disabled People South Africa. Esta expressão tem sido amplamente empregada para respaldar o protagonismo da pessoa com deficiência nas diversas batalhas que elas travam.

no mundo, além de buscar por novos modos de existência. Conforme cita Foucault (1995, p. 239), "o objetivo não é descobrir quem somos, mas recusar o que somos". Personalidades como Judy Heumann, Ed Roberts, Denise McQuade, Bobbi Lin, Frieda Tankas, Pat Figueroa e muitos outros recusaram a assumir o papel inferior e incapacitante a que estavam predestinados. Nesse contexto, resistir significa vislumbrar novas possibilidades de vida.

4.1 MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

*Há sempre um número demasiado deles.
"Eles" são os sujeitos dos quais devia haver menos
Ou melhor ainda, nenhum.
E nunca há um número suficiente de nós.
"Nós" são pessoas das quais devia haver mais.
(Bauman, 2005, p. 47).*

Em setembro de 2023, a página oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo brasileiro anunciou os resultados de uma pesquisa conduzida em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual apresentava estatísticas referentes às condições de vida de pessoas com deficiência (Brasil [...], 2023). De acordo com os dados, cerca de 18,6 milhões de brasileiros, a partir dos 2 anos, vivem com alguma deficiência. A ativista Izabel Maior, em 2016, enfatizou a magnitude desse grupo, referindo-se a pessoas com deficiência como "a maior das minorias do planeta", uma vez que sua estimativa global era de cerca de 7 bilhões e 300 milhões de indivíduos (Deficiência [...], 2016).

O filósofo Zygmunt Bauman, em sua teoria, refere-se não apenas à população de pessoas com deficiência, mas a todos os indivíduos considerados "inempregáveis" por não se ajustarem ao sistema produtivo. Ele os denomina "párias da modernidade", uma categoria na qual inclui os marginalizados e os que não se encaixam na norma. Propõe-se uma correlação, assim, entre essa concepção e a visão deturpada da sociedade que categoriza as pessoas com deficiência como outros, inadaptáveis, incorrigíveis e, portanto, diferentes do grupo hegemônico e dominante.

Observa-se que, por um longo período, indivíduos com deficiência no Brasil foram segregados e excluídos de espaços sociais, privados de direitos básicos. Comumente confinados em suas casas ou em instituições,³⁹ eram submetidos a um processo de invisibilização ou

³⁹ Num primeiro momento foram instituições religiosas que acolheram as crianças, jovens e adultos com deficiência que eram abandonadas. Depois elas eram internadas em hospícios/ manicômios.

"correção" de seus corpos, afim de evitar que representassem uma suposta ameaça à sociedade (Pagni, 2023).

Durante essa época, houve preocupações marcantes quanto à assistência às pessoas com deficiência, com órgãos públicos e instituições privadas concentrando esforços para proporcionar uma formação profissional aos considerados "deficientes mentais treináveis" (Mazzotta, 2011). O governo federal implementou diversas campanhas voltadas ao fortalecimento da educação inclusiva, como a Campanha para a Educação do surdo brasileiro em 1957 (Dec. 42.728, Brasil, 1957) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão em 1958 (Dec. 44.236, Brasil, 1958) — campanha essa muito influenciada pelos movimentos dos Institutos Pestalozzi e Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e suas famílias. Acredito ser necessário ressaltar também a preocupação do governo com os custos da manutenção da institucionalização da pessoa com deficiência. Segundo Januzzi (2012, p. 45),

A defesa do ensino de indivíduos com necessidades especiais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos, penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho. Isso igualmente resultaria em benefício dos indivíduos sem necessidades especiais, já que o desenvolvimento de métodos e processos com os menos favorecidos agilizaria a educação daqueles cuja natureza não se tratava de corrigir, mas de direcionar.

No entanto, até esse momento, o progresso no Brasil, ainda eram muito incipientes. A participação das pessoas com deficiência nesses movimentos, por sua vez, nesse período, praticamente era inexistente. Segundo Izabel Maior (2017, p. 30),

A conquista de direitos por pessoas com deficiência é algo recente, que pode ser dividido em duas fases distintas. Inicia-se com o envolvimento e gerenciamento do processo por famílias e profissionais dedicados ao atendimento, seguido pela participação direta das próprias pessoas com deficiência, apoiadas pelos familiares. Em ambos os momentos, a atuação de associações da sociedade civil é predominante, lutando por espaço para a pessoa com deficiência na agenda política. Do curador à autonomia, o movimento social visa superar a discriminação, a desvalorização e a falta de atenção por parte dos governos.

O compartilhamento desses espaços entre famílias, profissionais, pessoas com deficiência e seus pares possibilitou o surgimento de novas perspectivas de vida, a construção de modos distintos de existir e o questionamento de verdades previamente aceitas sobre suas existências. Surgiu, assim, o desejo de autonomia sobre suas próprias vidas.

Enquanto nos anos 1960 a maioria dos países do mundo vivenciava efervescência política, a América Latina, em particular o Brasil, passava por um período excepcional, no qual as liberdades eram limitadas e cerceadas. Isso prejudicava as manifestações dos movimentos sociais e políticos que, desde o início do século XX, reivindicavam melhorias nas condições de vida, trabalho, saúde e educação. A instauração da Ditadura Civil-Militar (1964) complicou a mobilização e fortalecimento desses movimentos.

Pode-se afirmar que somente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80⁴⁰ as pessoas com deficiência começaram a surgir como figuras centrais nos movimentos políticos,⁴¹ buscando desta forma libertar-se da tutela familiar e das entidades que as representavam. Surgiram então associações e entidades para cegos, surdos, pessoas com deficiência física e intelectual, entre outras, organizadas e coordenadas por eles mesmos. No entanto, faltava a essas associações articulação, visto que não se uniam em torno de pautas comuns, organizando-se isoladamente na luta por direitos específicos para o grupo ao qual pertenciam. Durante esse período, fortaleceu-se uma nova forma de organização das pessoas com deficiência, a associativista, onde a associação ou entidade era gerida por elas e não para elas.

O associativismo representou uma fase no percurso de organização das pessoas com deficiência, que antes estavam limitadas à caridade e às políticas de assistência, rumo às vitórias no mundo da política e da luta pelos seus direitos. Esse processo associativista gerou o ambiente propício para a formalização da consciência que culminaria no "movimento político das pessoas com deficiência"[...] . As primeiras entidades associativas de pessoas com deficiência não dispunham de sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas voltadas ao auxílio mútuo e não tinham propósito político definido, todavia, criaram espaços de convivência entre seus membros, onde as dificuldades comuns poderiam ser identificadas e discutidas. Esse contato iniciou um processo de ação política a favor de seus direitos humanos. No final da década de 70, o movimento ganhou visibilidade e, a partir desse momento, as pessoas com deficiência passaram a ser agentes políticos ativos na busca pela transformação da sociedade (Lanna Jr., 2010, p. 34).

No contexto de redemocratização política, consolidou-se o movimento das pessoas com deficiência, ganhando força e visibilidade. Durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), apesar da repressão, os movimentos sociais se estabeleceram como instrumentos de resistência e sobrevivência para grupos historicamente excluídos da participação na sociedade, como mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Nesse

⁴⁰ Coincidentemente ou não, é durante esse período que o país está passando por uma "abertura política", ou seja, a transição da ditadura civil-militar para a redemocratização ou reintegração das instituições democráticas (1979-1985).

⁴¹ "A opressão contra as pessoas com deficiência se manifestava tanto na restrição de seus direitos civis quanto especificamente na imposição da tutela pela família e por instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões sobre assuntos que lhes diziam respeito" (Lanna Jr., 2010, p. 12).

novo cenário, tornou-se imperativo atender às demandas sociais e ampliar a participação política. A década de 1980 é considerada a "fase heroica" (Maior, 2017) do movimento das pessoas com deficiência, o qual se fortaleceu como uma força política, protagonizando lutas por direitos civis e abandonando a subalternidade das associações que anteriormente os representavam (Pagni, 2022, p. 5).

No final de 1979, começou a unificação de associações e entidades de diversos estados, que representavam pessoas com diferentes tipos de deficiência, com o intuito de ampliar sua representatividade política. A partir disso, inaugurou-se a prática de planejamento de lutas conjuntas, estabelecendo pautas comuns e reivindicando direitos que abrangessem todos os envolvidos. Nesse momento, percebeu-se a necessidade de as pessoas com deficiência serem protagonistas de suas lutas,

Foram promovidas reuniões entre entidades de alguns estados, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, com o objetivo de estabelecer metas nacionais para o movimento. [...] A primeira reunião ocorreu no Rio de Janeiro, em outubro de 1979. Nessa ocasião, surgiu a ideia de uma organização nacional que agregasse pessoas com diferentes tipos de deficiência, com o objetivo de assegurar representatividade de caráter nacional. Para isso, era necessário envolver o maior número possível de organizações e pessoas no processo. A criação da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes foi a estratégia escolhida. A Coalizão afirmava a necessidade de articulação nacional do movimento para o amadurecimento das suas demandas e, sobretudo, para aumentar o potencial de reivindicação. O objetivo era organizar uma federação nacional de entidades de pessoas com deficiência que se ocupasse de articular o movimento nacionalmente (Lanna Jr., 2010, p. 36).

O fortalecimento da mobilização nacional das associações se deu nos anos subsequentes. Ao longo do ano de 1980, várias reuniões aconteceram visando a construção de pautas unificadas, a organização de congressos nacionais e a realização de manifestações públicas em defesa dos direitos das pessoas com deficiências, além da inclusão dessas nos diversos espaços sociais. Como ilustração, menciona-se a manifestação ocorrida em São Paulo, convocada pela Associação Brasileira de Deficientes Físicos, durante a qual foi divulgada uma carta aberta que declara.

Não reivindicamos privilégios, mas apenas meios para exercermos os direitos comuns a todos os seres humanos. Como pode uma pessoa com deficiência exercer o direito de voto se é impedida de fazê-lo por a sua seção possuir escadas? Como pode uma pessoa com deficiência exercer o direito de usar o transporte coletivo se os degraus do ônibus são muito altos? (Lanna Jr., 2010, p. 37).

Também ocorreram reuniões com a finalidade de reivindicar representação para as associações coordenadas por indivíduos com deficiência na Comissão Nacional que estava

organizando o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD).⁴² Quando a Comissão Nacional foi formada, nenhuma vaga foi oferecida a estas entidades. No entanto, após uma intensa mobilização da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, conquistou-se uma vaga na Comissão Nacional, além da participação nas subcomissões estaduais.

A forma como ocorreu a participação nas subcomissões foi alvo de severas críticas pela Coalizão, uma vez que as pessoas com deficiência não eram consultadas nem informadas acerca das decisões tomadas durante as reuniões. Diante disso, a Coalizão optou por organizar suas próprias atividades para o AIPD. Visualizaram a importância de aproveitar a visibilidade midiática para exigir direitos.

O movimento das pessoas com deficiência tomou as ruas em passeatas e manifestações públicas. Cada nova mobilização agregava forças e ampliava o volume das ações. [...] As organizações para pessoas com deficiência também realizaram encontros durante o AIPD. Um desses encontros propiciou a sugestão de criação de um órgão nacional para cuidar das políticas voltadas para a pessoa com deficiência (Lanna Jr., 2010, p. 68).

A cobertura da imprensa global, com especial foco na brasileira, tem dado grande visibilidade ao movimento internacional e nacional das pessoas com deficiência, além de fortalecer significativamente a luta pelos direitos desse grupo. O lema adotado pela Comissão Nacional, “Igualdade e Participação Plena”, tem intensificado o anseio do movimento por ações governamentais efetivas que reconheçam a pessoa com deficiência como sujeito de direitos, possuindo acesso à educação e ao mercado de trabalho (Lanna Jr., 2010).

O testemunho de Rosângela Berman Bieler, uma participante ativa dos movimentos e fundadora, no Rio de Janeiro, da Organização Nacional de Deficientes Físicos, é destacado no livro de Lanna Jr.:

O AIPD foi uma força propulsora significativa no movimento global. No encontro em Brasília em 1980, por exemplo, foram definidas as principais áreas de deficiência - motora, visual, auditiva e hanseníase - que estavam bem organizadas naquela época. Ainda não havia a categoria de paralisia cerebral e outras, que apareceriam mais tarde. Havia a área intelectual, na época denominada mental. Foi criado um paradigma extremamente forte: o das entidades **de e para**. As entidades **para** eram as APAES [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais] e outras instituições nas quais alguém - um técnico, um pai, qualquer "outro", tutelava, representava a pessoa com deficiência. Não havia a nossa própria voz. Em 1980 foram criadas as primeiras

⁴² Em 1976, a Organização das Nações Unidas (ONU) designou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD) sob o lema "Participação Plena". Os principais objetivos eram: facilitar o ajuste físico e psicossocial dos indivíduos na sociedade; e fomentar esforços nacionais e internacionais a fim de viabilizar a compatibilidade no trabalho e a integração completa na sociedade (ONU, 1981).

entidades **de** pessoas com deficiência. O controle estava em nossas mãos, foi algo extremamente revolucionário em todo o mundo (Bieler *apud* Lanna Jr., 2010, p. 426).

Durante a década de 1980, foram realizados diversos Encontros Nacionais que abordaram temas como saúde, educação, trabalho, acessibilidade e legislação, além de discutirem a melhor forma de organizar e manter o movimento que estava se expandindo em todo o país. Também foram discutidos os desafios do movimento, sendo as principais dificuldades a diversidade de demandas e as disputas pela liderança do movimento.

A Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que desde 1979 liderava o movimento, reconhecia a existência de pautas específicas de luta e, portanto, entendia que as reivindicações diferiam para cada grupo. Em 1983, entidades e associações de todo o Brasil participaram do Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. Nesse encontro, foi discutida a criação de uma Federação Nacional. No entanto, após intensos debates, decidiu-se que cada grupo de deficiência deveria organizar sua própria federação para reivindicar demandas específicas para o respectivo grupo. As questões comuns a todas as deficiências ficariam sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. A Coalizão então foi dissolvida e surgiram organizações específicas para cada área de deficiência, incluindo a Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos em 1984; a Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos em 1984; e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em 1987.

É importante destacar também a criação do Centro de Vida Independente no Rio de Janeiro em 1988, que foi modelado a partir do Movimento de Vida Independente estabelecido nos Estados Unidos (Berkeley, Califórnia) na década de 1970. Este movimento se destacou por ser composto por pessoas com deficiência que defendiam direitos e buscavam melhorias nos serviços oferecidos pelas instituições, além de lutarem por maior independência e autonomia na vida cotidiana. Autonomia e independência são dois termos fortemente enfatizados ao pesquisar sobre os Centros de Vida Independente, e eles, de certa forma, representam o que o movimento aspirava e entendia por uma vida independente. Segundo Sasaki (1997, p. 35),

[...] Autonomia refere-se à condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade do indivíduo que a exerce. Ter mais ou menos autonomia indica que a pessoa com deficiência possui maior ou menor controle pelos diversos ambientes físicos e sociais que deseja e/ou necessita frequentar para alcançar seus objetivos. [...] Independência se trata da habilidade de tomar decisões sem depender de outras pessoas, como membros da família, profissionais especializados ou professores.

Os Centros de Vida Independente visavam oferecer programas e serviços que impulsionassem a participação efetiva de pessoas com deficiência na tomada de decisões e na criação de políticas públicas em defesa de seus interesses e de seus pares.

Nesse contexto de mobilização, o movimento ganhou força e adotou uma postura propositiva, participando ativamente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988,⁴³ instalada em fevereiro de 1987, com o propósito de elaborar uma nova Constituição para o país. A aspiração do movimento era garantir que suas demandas fossem contempladas na nova Carta Magna.

Em 1986, estabeleceu-se uma Comissão de parlamentares (deputados e senadores) eleitos na eleição daquele ano. A Constituição Nacional de 1988 foi construída a partir do trabalho de nove comissões temáticas, subdivididas em 24 subcomissões. Entre as várias medidas adotadas na construção do texto constitucional, a que mais releva para esta pesquisa diz respeito ao recebimento de sugestões de entidades associativas e à realização de audiências públicas com a sociedade.

O modo organizado e articulado que o movimento de pessoas com deficiência demonstrou nesse período resultou em significativos avanços quanto à percepção da pessoa com deficiência como um sujeito de direitos, sob garantias constitucionais que possibilitam uma vida autônoma e com participação igualitária na sociedade. O livro organizado por Mário Cleber Martins Lanna Jr., *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, apresenta um relevante relato sobre a participação dos ativistas desse movimento, especialmente nesse momento. O livro traz depoimentos significativos, entre eles o de Paulo Roberto Guimarães, ativista desde o final dos anos 70. Segundo o autor, Guimarães foi o "cidadão não parlamentar" que mais se pronunciou nas audiências públicas. Adotando uma postura crítica, argumentava-se que o Ministério da Educação estava majoritariamente voltado para atender às demandas de associações filantrópicas e assistenciais. Afirmava-se ainda que o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência era restrito à esfera do Ministério da Cultura, não havendo a existência de qualquer outro órgão ou conselho dedicado a tratar dos direitos da pessoa com deficiência.

Os ativistas aproveitaram essa oportunidade para denunciar a ausência de políticas públicas voltadas especificamente para a pessoa com deficiência. A única referência à questão estava na Emenda nº 12 de 1978 (Brasil, 1978), conhecida como Emenda Thales Ramalho,⁴⁴

⁴³ A Assembleia Nacional Constituinte foi estabelecida no Congresso Nacional em Brasília, com o objetivo de redigir uma nova Constituição para o Brasil.

⁴⁴ A iniciativa foi do próprio deputado Thales Ramalho, que era uma pessoa com deficiência física.

que em seu texto propunha melhorias no atendimento à pessoa com deficiência, oferta de educação especial gratuita, assistência à reabilitação e reinserção na atividade econômica do país, além de proibição de discriminação, inclusive de trabalho e serviço público e salários, e acesso a edifícios e logradouros públicos.

Diversos encontros de conselhos, assessorias e coordenadorias do movimento das pessoas com deficiência, em âmbitos estaduais e regionais, precederam o início dos trabalhos da Constituinte. Desses Encontros saiu um documento que apresentava uma proposta para o texto final da nova Constituição

Uma das principais exigências das pessoas com deficiência, discutidas nos encontros, era de que o texto constitucional não consolidasse a tutela, mas sim, a autonomia. Nesse sentido, os argumentos do movimento não estavam de acordo com o anteprojeto da Constituição, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que apresentava um capítulo intitulado "Tutelas Especiais" específicas para as pessoas com deficiência e com necessidades de tais tutelas. O movimento não desejava tutelas especiais, mas sim, direitos iguais garantidos juntamente com os de todos os indivíduos. A separação, na visão do movimento, era discriminatória. Desde o início da década de 80, a principal demanda do movimento era a igualdade de direitos, e nesse sentido, exigia que os dispositivos constitucionais voltados para a pessoa com deficiência fossem integrados aos capítulos direcionados a todos os cidadãos (Lanna Jr., 2010, p. 65).

Dentre as propostas elaboradas para o texto da Constituição, havia uma constante preocupação em evitar a criação de um capítulo específico para os direitos da pessoa com deficiência. Segundo as discussões nos encontros, esse ato poderia reforçar a segregação e o estigma. Inicialmente, as propostas submetidas não foram incorporadas, exigindo uma nova mobilização, a criação de uma emenda e campanhas por todo o Brasil para que as propostas iniciais fossem incluídas no texto final da Constituição.

Dentre os diversos relatos relevantes acerca deste período, destaco dois segmentos que acredito sintetizar a importância da participação do movimento das pessoas com deficiência na elaboração da Constituição de 1988, considerada a mais democrática do nosso país. Rosângela Berman Bieler,⁴⁵ jornalista que ficou tetraplégica aos 19 anos, iniciou seu ativismo em 1977, contribuindo para a fundação da Associação dos Deficientes Físicos do Rio de Janeiro. Falando sobre a participação do movimento, disse

Conseguimos, na reforma constitucional, distribuir o tema da deficiência em todos os artigos constitucionais, o que já é inovador. Quando se analisa um texto constitucional, existem duas opções estratégicas: uma é criar um bloco inteiro sobre

⁴⁵ O livro organizado por Lanna Jr. é uma importante fonte documental, trazendo inúmeras entrevistas com pessoas com deficiência que participaram e colaboraram na construção do texto final da Constituição de 1988, juntamente com todo o movimento das pessoas com deficiência.

deficiência, o que facilita tanto a inclusão quanto a remoção desse bloco. A outra opção é integrar o tema em todo o corpo constitucional, nos tópicos do direito do cidadão, do direito à saúde, do direito à educação (Bieler *apud* Lanna Jr., 2010, p. 68).

É importante ressaltar que o movimento em discussão, em grande medida, alcançou vitórias, consagrando igualdade perante a lei e estabelecendo a pessoa com deficiência como um sujeito de direitos, capaz de exercer sua cidadania plenamente. Em contrapartida, demandou a formulação de políticas públicas direcionadas. A visibilidade conferida a essas questões significativas pelo movimento de pessoas com deficiência contribuiu para a sociedade reconhecer e contemplar outras formas possíveis de existir e coabitar o mundo.

Considero relevante mencionar a contribuição da tese de doutorado intitulada “Da Invisibilidade à Construção da Própria Cidadania - Os Obstáculos, as Estratégias e as Conquistas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes”, elaborada pela jornalista Ana Maria (Lia) Morales Crespo. A autora apresenta uma profunda análise do movimento e oferece uma narrativa pautada em testemunhos de pessoas com deficiência que foram protagonistas deste movimento.⁴⁶ Crespo reflete sobre importantes lutas, especialmente ocorridas na década de 80, que buscavam eliminar a tutela e a subalternidade imposta às pessoas com deficiência, reforçando o lema “*Nada Sobre Nós, Sem Nós*”.

Crespo salienta também que o movimento era “multifacetado e complexo” (p. 120), com debates acalorados, nos quais se reconhecia a existência de demandas específicas e opiniões divergentes sobre o modo como a luta deveria ser conduzida. Contudo, ela sustenta que tal pluralidade de ideias serviu para fortalecer o movimento e permitir um maior engajamento e atenção do poder público às suas demandas nas décadas subsequentes.

Neste capítulo, encerro referindo-me ao movimento das pessoas com deficiência, neste contexto específico, como uma potente força coletiva que impulsiona uma ruptura contra tudo o que as considerava vidas secundárias, dispensáveis. O insurgir-se contra relações de poder que as inferiorizavam e propunham múltiplas formas de existir é uma das formas que as pessoas com deficiência e os coletivos engajados neste movimento têm se estabelecido como sujeitos de direitos na relação consigo mesmos.

⁴⁶ Ana Maria (Lia) Morales Crespo tem sido uma participante ativa no Movimento das Pessoas com Deficiência desde 1980. Devido às sequelas da paralisia infantil, ela tem contribuído para a fundação de várias associações e organizações lideradas por pessoas com deficiência no Estado de São Paulo.

Há necessidade de *pensar*⁴⁷ sobre como formas de existência e subjetividades foram produzidas a partir de práticas de resistência⁴⁸ e dos encontros estabelecidos com o outro, possibilitando, além das garantias políticas, o direito de ser quem é, de reconhecer a diferença, a singularidade como algo intrínseco ao ser, permitindo novas formas de viver e se relacionar com o mundo.

⁴⁷ "Pensar exige uma afecção que nos leve a pensar. [...] A ação de pensar é um ato de resistência que possibilita romper com o assujeitamento, promovendo deslocamentos tanto na pesquisa quanto no pesquisador" (Lemos; Rocha, 2015, p. 184).

⁴⁸ Resistência é vista como uma forma de constituição de si mesmo, como "práticas criativas de si" (Oksala, 2011, p. 123).

5 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um ato introspectivo que envolve observação, escuta e um "diálogo interno" (Hirtz, 2004). É um processo afetado e moldado pelas experiências⁴⁹ pessoais e profissionais. O pesquisador emerge da observação e intervenção na vida cotidiana e das inquietações que advêm dessa experiência. Este trabalho visa a desnaturação do óbvio, o questionamento de narrativas simplistas, a desconstrução de verdades produzidas e o destaque para as existências que foram categorizadas como anormais ao longo da história.

Inicialmente, a proposta deste projeto foi construída com base na busca por um objeto de estudo que ajudasse a refletir sobre os movimentos sociais dos anos sessenta e sobre o movimento de pessoas com deficiência, bem como o contexto histórico que permitiu o fortalecimento desses movimentos. O objetivo era explorar de que forma os participantes destes movimentos se insurgiram contra a maneira pela qual a sociedade os marginalizava ou os ignorava, invalidando suas existências. Após a qualificação do projeto de dissertação e uma série de interações com os participantes da pesquisa, foi necessário revisar alguns aspectos do projeto inicial e redirecionar a investigação a partir de novas problemáticas identificadas.

Acredito que para compreender a realidade social atual relativa ao objeto em estudo - os movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência - é fundamental que a pesquisa seja orientada metodologicamente por uma perspectiva histórica. Em outras palavras, a problemática de pesquisa demanda uma compreensão do processo histórico com base em acontecimentos que possibilitaram a conquista de direitos pelas pessoas com deficiência e de como a vitória desses direitos se reflete na vida cotidiana.

Tendo em vista o percurso da pesquisa, os primeiros passos metodológicos abordam uma análise bibliográfica. Considero como fundamental proceder a um levantamento de estudos já realizados sobre o tema ou que tenham uma aproximação com ele.

Inicialmente, para estruturar a pesquisa, procurei trabalhos acadêmicos relacionados ao tema no repositório da UFSM,⁵⁰ Repositório CAPES,⁵¹ e na Plataforma Google Acadêmico,⁵² seguindo os descritores mencionados. Dentro do amplo campo da Educação, usei as seguintes palavras-chave: Movimentos Sociais, Deficiência e Movimento das Pessoas com Deficiência.

⁴⁹ A experiência é o que nos ocorre, o que nos acontece, o que nos afeta. Não é o que ocorre, não é o que acontece, nem o que afeta. A cada dia muitas coisas ocorrem, porém, ao mesmo tempo, quase nada realmente nos afeta" (Larrosa, 2020, p. 18).

⁵⁰ Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em: ago. 2022.

⁵¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: ago. 2022.

⁵² Mecanismo Virtual de Pesquisa é um recurso livremente acessível que organiza e cataloga textos completos ou metadados de literatura acadêmica em uma ampla gama de formatos de publicação.

Assim, encontrei uma gama variada de artigos, dissertações e teses correlatas que permeiam as áreas de Educação, Economia, Políticas Públicas e Ciências Sociais. A finalidade dessa busca era adquirir subsídios que respaldassem a problemática inicial.

Posteriormente, após uma análise criteriosa dos materiais recuperados, selecionei dois trabalhos (um artigo e uma tese) que apresentavam uma relação íntima com a problemática da minha pesquisa e que poderiam funcionar como elementos catalisadores para aprimorar a minha percepção dos documentos e a analítica das conversas coletadas.

Após a leitura desses trabalhos, é notório que há uma abordagem incipiente do tema central desta pesquisa. A maioria dos estudos encontrados concentra-se nos direitos e na garantia de emprego, qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho, com maior enfoque nas questões legais e no reconhecimento insuficiente do protagonismo das pessoas com deficiência nas lutas por direitos civis e justiça social. Esses estudos também destacam o reconhecimento de suas existências, mas ignoram como as pessoas com deficiência relatam os efeitos das lutas dos movimentos sociais e políticos e dos direitos conquistados por elas. Segue um resumo de cada uma delas:

– **Políticas Públicas Educacionais e os Organismos Internacionais: Influência na Trajetória da Educação Especial Brasileira**, de Eray Proença Muniz e Élcia Esnarriaga de Arruda (2007). O presente artigo constitui uma parte de um estudo voltado para as Políticas Públicas Educacionais e assuntos relacionados à Educação Especial Brasileira. O principal objetivo deste trabalho é expor a influência dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio) na definição de políticas educacionais para pessoas com deficiência, a partir da década de sessenta, momento em que começou a se desenhar uma política educacional para a Educação Especial.

O trabalho ressalta a efervescência política e a participação ativa dos movimentos sociais pela conquista de direitos no Brasil dos anos 80. O ano de 1981 é destacado como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD). O artigo também reflete sobre os impactos do controle absoluto dos referidos organismos internacionais na economia brasileira, criando um cenário de significativa redução nos gastos sociais e públicos com políticas sociais. A partir dos anos 90, diante da pressão internacional por cortes nos gastos sociais, o artigo analisa a compreensão do governo brasileiro de que manter pessoas com deficiência institucionalizadas, dependentes de recursos públicos, era economicamente pesado, optando-se então por escolas integradoras ou inclusivas.

Este artigo é de suma importância para embasar minhas questões, pois reforça a compreensão de que a conquista de direitos das pessoas com deficiência não pode ser desassociada dos projetos de governo, uma vez que a proposta de Inclusão permanece atrelada a um projeto neoliberal global.⁵³

A tese subsequente torna-se uma relevante fonte de pesquisa. Ela se destaca não apenas por focar o movimento político das pessoas com deficiência na década de 80 e por apresentar entrevistas com indivíduos com deficiência que tiveram participação ativa no movimento, mas também por ser obra de uma pesquisadora que se identifica como uma pessoa com deficiência. Esse último aspecto sobressai-se devida à escassa presença de trabalhos acadêmicos de autoria de pesquisadores com deficiência. Considero de grande importância que essas pessoas ocupem, cada vez mais, um papel protagonista no campo acadêmico.

– Da Invisibilidade à Construção da Própria Cidadania, os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. Tese de Doutorado de Ana Maria Morales Crespo⁵⁴ (2009). A autora oferece uma contextualização histórica de como os movimentos sociais - feminista, negro, trabalhista e de homossexuais—se mobilizaram por direitos entre os anos de 1975 e 1985. Em paralelo a esses movimentos, surge o movimento das pessoas com deficiência que, conforme aponta a autora, buscava não apenas a conquista de direitos, mas o reconhecimento de sua existência.

A proposta da autora é dar protagonismo e reconhecimento às pessoas com deficiência, não somente como objeto de estudo, mas como sujeitos de sua própria história. Como estratégia metodológica, foi implementada a História Oral, com a realização de entrevistas com líderes do movimento e membros de organizações voltadas às pessoas com deficiência, bem como com participantes de organizações que prestam serviços a esses indivíduos.

Considero a citada pesquisa relevante para o meu trabalho, pois a participação das pessoas com deficiência nas/atraves dos movimentos sociais compõe a efervescência social que ganhou força no Brasil e no mundo a partir da década de 60. De acordo com Pagni (2022, p. 5), foi com o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil que "esses ativistas lutaram por direitos à educação para todos e de seguridade social", buscando incluir um capítulo sobre seus direitos na Constituição Federal de 1988.

⁵³ A discussão acerca da Inclusão e Neoliberalismo será desenvolvida no próximo capítulo.

⁵⁴ A autora, sendo uma pessoa com deficiência, tem participação ativa nos movimentos desde o final dos anos 70.

Na sequência do percurso metodológico, devido à minha aproximação com alguns conceitos ferramentais do filósofo Michel Foucault e as repercussões desses conceitos neste estudo, foi necessário focar nas conceituações que enxerguei como pertinentes para os debates que proponho, como as noções de Biopolítica e Resistência. Nesse sentido, as leituras realizadas nos seminários de pós-graduação e no grupo de estudo orientado⁵⁵ refletem-se na escolha de autores e autoras que foram convidados a dialogar comigo nesse processo de escrita.

Assim, pensando com o professor Veiga-Neto (2006, p. 83),

[...] Realizar um estudo foucaultiano pode significar adotar no todo ou apenas em partes as ferramentas conceituais do filósofo que possam ser úteis para o nosso trabalho [...] em outras palavras, aplicá-lo aqui, ali e em muitos lugares, mas não necessariamente sempre. É claro que ao fazer isso, estaremos introduzindo, às vezes perigosamente, dentro de seu discurso, elementos que a ele não pertencem ou transformando-o naquilo que ele não foi ou não quis ser. No decorrer desse processo é que surge a fidelidade infiel a Foucault.

A adoção de certas ferramentas ocorreu durante o desenvolvimento do percurso metodológico e na procura por novas maneiras de interpretar o pensamento. Embora a coletividade seja um tema central do texto, não nego o argumento de Michel Foucault, que defende que o foco da sua análise é a legitimidade da insurreição individual contra a opressão de um poder estabelecido. Em outras palavras, sugere que a capacidade de insurgência é um direito individual inerente, embora contextualizado historicamente, de resistência ao poder (Foucault *apud* Gallo, 2017).

Esse processo é um aspecto crucial na formação das subjetividades. Mesmo dentro de uma coletividade, como nos movimentos sociais, a singularidade se manifesta ao resistir e insurgir⁵⁶. É na relação consigo mesmo que as transformações ocorrem” (Gallo, 2017, p. 15) possibilitando as condições para o novo, “recusando o que somos” (Foucault, [1982] 1995, p. 235).

Identifico-me com o pensamento de Foucault, pois ele me oferece uma maneira alternativa de conceber a verdade - uma abordagem que descentraliza, que desconstrói padrões e considera o sujeito e a formação das subjetividades nas interações sociais. Essa perspectiva nos leva a reconhecer que modos de vida alternativos são possíveis, resistindo às antigas formas de opressão das existências.

⁵⁵ Grupo de Pesquisa, Diferença, Educação e Cultura (DEC).

⁵⁶ daqueles que nelas se engajam o exercício de um trabalho contínuo de si sobre si, pois a resistência consistiria justamente num repensar e redefinir as formas convencionais de relação conosco, com os outros e com o mundo, frequentemente crivadas por preconceitos, discriminações e violências" (Duarte, 2014, p. 221).

Nesse sentido, a filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento negro brasileiro, Sueli Carneiro, ao participar do podcast "Mano a Mano"⁵⁷, confirma que sua formação como ativista e intelectual não se origina na universidade - que lhe forneceu ferramentas distintas - mas sim no movimento social. Ela se reconhece como uma intelectual orgânica do movimento negro e do movimento de mulheres negras e afirmou: "sou produto do movimento social" (Carneiro, 2022). O objetivo ao citar essa fala de Carneiro é enfatizar o papel significativo dos movimentos sociais na formação do sujeito e a necessidade de observar a atividade política na pluralidade, na relação com o outro, nos interesses comuns, e também na expressão da singularidade do sujeito. Ao buscar transformar uma realidade de forma coletiva, surge a oportunidade para o indivíduo "pensar sobre si próprio" (Duarte, 2014, p. 220), refletindo sobre sua existência no mundo e sua relação com os outros.

A efervescência cultural e contestatória intensificada nos anos 60 (tendo início no pós-guerra, em 1945), alcançou dimensões globais e teve no seu centro jovens chamados de "rebeldes", dado que se insurgiam contra os fundamentos sobre os quais as sociedades estavam estabelecidas. Eles ansiavam por novidades, desafiavam os valores, as instituições e tabus, mas, sobretudo, acreditavam que unidos poderiam alterar o mundo. Este contexto histórico global constitui o ponto de partida da pesquisa aqui realizada, sendo seguido pela análise da materialidade analítica resultante de diálogos com pessoas com deficiência. Nessa direção, Jorge Larrosa (2003, p. 213) em *Arte da Conversa*, diz

[...] Nunca se sabe onde uma conversa pode levar [...] uma conversa não é algo que se faz, mas algo a que se entra. E ao entrar nela, pode-se ir onde não havia sido previsto... E essa é a maravilha da conversa... Que nela, pode-se chegar a dizer o que não se queria dizer, o que não se sabia dizer, o que não se podia dizer... E mais ainda, o valor de uma conversa não está no fato de que ao final se chegue ou não a um acordo... Pelo contrário, uma conversa está cheia de diferenças e a arte da conversa consiste em sustentar a tensão entre as diferenças... Mantendo-as e não as dissolvendo... E mantendo também as dúvidas, as perplexidades, as interrogações... E isso é que a torna interessante.

A escolha desse recurso para a produção de dados tem a intenção de estar aberta a outras possibilidades, que não poderiam ser antecipadas *a priori*, mas que seriam geradas nas interações entre eu e o outro. A *Conversa*, enquanto método, é considerada uma abordagem nova e, por isso, é por vezes vista como uma metodologia "secundária".⁵⁸ No primeiro capítulo

⁵⁷ O podcast "Mano a Mano" é apresentado por Mano Brown, líder e fundador do grupo de rap "Racionais MCs". Exclusivo do Spotify, o "Mano a Mano" traz discussões relevantes acerca da sociedade brasileira.

⁵⁸ "A partir e com os conceitos de educação maior e educação menor trabalhados por Silvio Gallo, ousamos pensar a entrevista como uma metodologia maior, porque instituída, organizada e reconhecida como referência e modelo no campo da pesquisa em educação, e a conversa como uma metodologia menor" (Sampaio; Ribeiro; Souza, 2018).

do livro "*Conversa como Metodologia de Pesquisa, por que não?*", os autores Carmen Sanches Sampaio, Tiago Ribeiro e Rafael Souza (2018, p. 33) sustentam que recorrer à conversa como metodologia é permitir o inesperado, "ainda que isso, em alguns momentos, possa implicar numa necessária desconstrução e reconstrução da investigação em curso".

Deste modo, o uso da conversa não busca respostas definitivas para os problemas apresentados, mas sim manter-se aberto à emergência de questionamentos inéditos. De acordo com os autores, essa conversa provoca um movimento nos "saberes e certezas" (Sampaio; Ribeiro; Souza, 2018, p. 25). Ao refletir em conjunto, permitindo-se ser afetado pelo outro e pelas repercussões decorrentes desta interação, novos trajetos para a pesquisa podem surgir; daí a necessidade de manter abertas as possibilidades de revisão dos nossos objetivos.

A opção por essa ferramenta de pesquisa expressa o anseio de ... às narrativas dos indivíduos com deficiência, anteriormente invisibilizados e percebidos apenas como objetos de estudo. Considero significativo ouvir esses sujeitos, compreender suas experiências, reconhecer como foram moldados por uma sociedade normalizadora e excludente, antes de torná-los os protagonistas de suas narrativas.

Não é intenção limitar o papel das pessoas com deficiência como meras fontes primárias da pesquisa, mas sim ter a oportunidade de ouvi-las, de forma a entender o mundo a partir de uma nova perspectiva. Para exemplificar, relembro uma situação vivida por mim, no primeiro contato com um dos participantes, cuja experiência evidenciou a relevância em incorporar à pesquisa a escuta desses sujeitos. Minha primeira tentativa para estabelecer essa conversa ocorreu via WhatsApp. Algumas horas depois de enviar uma mensagem explicando o propósito da minha pesquisa e inquirindo sobre seu interesse e disponibilidade em participar, recebi a seguinte resposta:

Primeiramente Boa Tarde. Na verdade, eu não vou participar. Porque esse papel eu cansei de fazer. De ser material de pesquisa, de ser instrumento de pesquisa pro trabalho de outras pessoas. Hoje eu sou acadêmico, hoje eu quero ser visto como acadêmico. Então você vai me desculpar, mas eu não vou participar. Porque justamente conversas como essa que eu quero evitar. Que as pessoas venham até mim, para eu participar das pesquisas delas, para eu ser material de pesquisa, dos TCCs, dos trabalhos não sei do que...Eu quero ser visto como indivíduo, um estudante de universidade e se não for assim, eu não vou participar. Uma boa tarde.

Retornei expressando minha gratidão e confirmando que o objetivo da minha pesquisa também era refletir **com**, e não apenas **sobre**, o indivíduo com deficiência. A resposta recebida coadunava com a proposta do estudo, que visa reconhecer o protagonismo da pessoa com

deficiência e sua capacidade de produção de conhecimento. Para tanto, é indispensável ouvi-las. Ele enviou uma mensagem subsequente, demonstrando compreensão do propósito da pesquisa e aceitando o convite para participar.

Incorporar as narrativas desses indivíduos no presente trabalho constitui um esforço para evitar a cilada da história única, conforme mencionado pela escritora africana Chimamanda Adichie (2009, p. 14).

A história única gera estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam falsos, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...] Sempre senti que é impossível engajar-se adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias desse lugar ou dessa pessoa. A consequência da história única é essa: ela subtrai a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada. Enfatiza o quanto somos diferentes, não o quanto somos parecidos.

Compreendo que rejeitar a história única possibilita dar protagonismo às narrativas individuais dos sujeitos investigados, bem como às experiências singulares que os formam. É, acima de tudo, uma oportunidade para produzir uma pesquisa **com** os sujeitos, não para eles.

Gilles Deleuze, em *Microfísica do Poder*, atribui a Michel Foucault a liderança crítica do que denominaria a indignidade de falar pelos outros (Foucault, 1979, p. 72). Considero crucial desconstruir esse olhar normativo e incapacitante sobre tais sujeitos, a fim de garantir uma escuta atenta às suas experiências e interpretar o mundo “com eles, e não para ou sobre eles” (Ferraço; Alves, 2018, p. 52).

Considerando as preocupações mencionadas, optei por realizar determinados recortes, ou seja, usei critérios específicos para selecionar as pessoas que contribuiriam para esta pesquisa. Um dos critérios mais significativos envolveu a questão de como a aquisição de direitos repercute no cotidiano das pessoas com deficiência, ou seja, dei prioridade àqueles que considero como protagonistas desta pesquisa: pessoas com deficiência que, através de suas memórias e trajetórias de vida, pudessem relatar progressos ou retrocessos na conquista de direitos e mudanças em seu cotidiano pessoal e profissional.

Com base nesse critério, busquei pessoas com deficiência, acima de 25 anos, que de alguma forma estivessem envolvidas em algum movimento ou coletivo de pessoas com deficiência. Inicialmente, conduzi uma pesquisa de campo junto a associações e coletivos na cidade de Santa Maria, buscando também na internet potenciais participantes. Recebi sugestões de colegas de grupo de estudos e professores.

No decorrer do processo, contatei diversas pessoas. De algumas não obtive resposta, enquanto outras justificaram sua não participação.⁵⁹ Durante esta etapa, inclui um indivíduo fora de Santa Maria, devido à dificuldade em encontrar um participante com deficiência intelectual envolvido em um coletivo/movimento de luta. Por estar associado a outras organizações fora da cidade, tinha consciência de que um grupo de jovens e adultos com Síndrome de Down no Rio Grande do Sul (nenhum de Santa Maria/RS) participava do Grupo Nacional de Autodefensoria.⁶⁰ Após confirmar sua participação, julguei adequado concluir a busca por participantes, uma vez que acreditei ter uma amostra considerável.

Após um contato inicial para avaliar o interesse em participar, enviei por e-mail uma carta de apresentação e o tema da pesquisa. Ao obter confirmação e disponibilidade para participar, combinei a melhor data, local e meio mais adequado para facilitar o encontro e a comunicação. Em uma das conversas, foi necessário o uso de um intérprete de LIBRAS. Nos outros encontros, estiveram presentes apenas a pesquisadora e o participante. Além dos encontros presenciais, foi utilizado o aplicativo de videoconferência Google Meet. Apresento no Quadro 1 os protagonistas deste estudo, que generosamente concordaram em contribuir após algumas confirmações e várias recusas.

⁵⁹ Entrei em contato com duas mulheres autistas que fazem parte de um coletivo universitário. Elas justificaram a impossibilidade de participar, alegando que esse tipo de interação poderia provocar uma sobrecarga emocional muito grande.

⁶⁰ O Grupo Nacional de Autodefensoria foi criado em 2016 em colaboração com a Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down e a Federação Down da região Centro-Oeste do Brasil. Ele visa ao compartilhamento de experiências e, sobretudo, à aquisição de conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência. Este grupo é coordenado exclusivamente por pessoas com Síndrome de Down. Os encontros ocorrem virtualmente e reúnem-se presencialmente em datas específicas uma vez ao ano. Informações adicionais podem ser obtidas de: <https://federacaodown.org.br/defensores/>.

Quadro 1 – Identificando os participantes da pesquisa

NOME ⁶¹	ANO DE NASCIMENTO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO/PROFISSÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA
MARIA	1977	Ensino Superior Completo	Funcionária Pública Federal	Visual
JOSÉ	1972	Ensino Superior Completo	Funcionário Público Federal	Visual
ANA	1985	Ensino Superior Completo	Funcionária Pública Federal	Surdez
MARIANA	1995	Ensino Médio	Comerciária	Intelectual/Síndrome de Down
JOÃO	1994	Ensino Superior Incompleto	Estudante	Deficiência Física/Paralisia Cerebral

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Breve descrição dos Participantes da pesquisa:⁶²

- a) **Maria**, 46 anos. Funcionária da Universidade Federal de Santa Maria desde 2005, quando ingressou no quadro de funcionários por meio da Lei de Cotas nº 8.112/1990 (Brasil, 1990). Infelizmente, aos 17 anos, ela perdeu completamente a visão por conta de uma doença genética chamada Retinose Pigmentar. Além de suas funções na universidade, também contribuiu para a criação da Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria (ACDV) em 2003, na qual continua ativa. *“Começamos a agregar na Associação pessoas que poderiam nos auxiliar com essas questões dos direitos: transporte, inserção nas escolas, concursos. Aí começamos a ter conhecimento de outras pessoas com a mesma deficiência que tinham outras profissões e possibilidades. Pensamos eu posso ser mais que uma pessoa inválida.”*
- b) **Jose**, 51 anos. Funcionário do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), admitido com base na Lei de Cotas nº 8.112/1990 (Brasil, 1990). Experimentou a perda total da visão aos 23 anos de idade, após a conclusão do curso de Administração. Destaca-se por ser o primeiro no Rio Grande do Sul a ser admitido pelo INSS através do sistema de cotas. *“Então eu pensei, conversei com a professora... que nós poderíamos ter aqui em Santa Maria, alguma associação, algum grupo que pudesse auxiliar justamente nessa*

⁶¹ Optei pela utilização de pseudônimos para identificar os participantes, uma vez que alguns solicitaram a preservação de suas identidades.

⁶² Além de preservarmos as suas identidades, em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa, disponibilizamos aos participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B). Este documento fornece esclarecimentos acerca das intenções da pesquisa, bem como os potenciais benefícios e riscos envolvidos na participação.

inserção... A partir dali se fundou a associação. Nosso objetivo maior era garimpar os cegos, num primeiro momento. E daí entrou toda a parte, que estava um num canto outro noutro. A gente não sabia, quantos tinham, qual era a escolaridade, se tinha alguma escolaridade. Mas principalmente focar nesse grupo que até então era invisível.”

- c) **Ana**, 38 anos. A professora vinculada à Universidade Federal de Santa Maria desde o ano de 2014. Iniciou sua trajetória educacional na escola para surdos de sua cidade natal ainda aos 8 meses de idade. A partir dos 14 anos, começou a se envolver ativamente nos movimentos surdos. Concluiu sua formação acadêmica na primeira turma do Curso de Letras/Libras no ano de 2011. “Com 8 meses eu entrei na escola de surdos...Meus pais sempre foram muito ativos na escola, sempre lutando por coisas...eu via eles lutando ativamente dos movimentos...quando eu comecei a ler comecei a entender as questões políticas, no caso para vereador pedindo apoio, pedindo verba, então eu comecei a perceber que eu poderia ser uma líder.”
- d) **Mariana**, 28 anos. Concluiu o Ensino Médio aos 17 anos e cursou um programa técnico no Serviço Nacional da Indústria. Atualmente, exerce a função de atendente em uma rede de farmácias. Integra o Grupo de Autodefensoria da Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down, onde representa a Associação de Familiares e Amigos do Down, localizada na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul (AFAD-NH). Ademais, coordena um grupo de jovens e adultos nessa mesma associação. “Eu sou linha de frente para representar, eu me sinto honrada em representar a AFAD. Eu fui num encontro dos autos defensores...eu falei os dados, o andamento da associação, e também, deixa eu te falar, eu não entendo porque as famílias escondem seus filhos e não trazem para a sociedade, mostrar as caras deles, nas câmeras nas mídias. Ah meu filho não pode no parque, ver as visitas, não pode ir na escola. Escola especial a gente não quer, o mais importante é a escola regular.”

João, 29 anos. O estudante é vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, tendo ingressado por meio da Lei de Cotas nº 12.711/2012 (Brasil, 2012). Ele participa ativamente do Coletivo de Estudantes e Servidores que são Pessoas com Deficiência (PCDs) da UFSM. Desde cedo, envolveu-se em projetos de Extensão conduzidos pela universidade, experiência que considera como crucial para formar sua identidade

política. Este engajamento constante reafirma sua luta contínua pela provisão de uma infraestrutura universitária adequadamente adaptada à sua condição. *“Porque algumas coisas são fáceis de naturalizar? E uma pessoa com deficiência na Universidade não? Ou uma pessoa com deficiência namorar? Eu passei minha vida dando palestra na semana PCDs nas escolas, em vários lugares... Isso sempre me incomodou. Porque eu vivo todos os dias e naquele dia especificamente todo mundo lembra “poxa nós temos o João. O João fala sobre. Não. O João fala todo dia.”*

A finalidade de propor essas conversas, que transcendem uma simples coleta de dados, centrou-se na tentativa de determinar como a conquista de direitos afetou o cotidiano das pessoas com deficiência e que novas possibilidades de vida foram percebidas por elas. Para facilitar este processo, elaborou-se um roteiro para estimular o diálogo, reiterando, contudo, a intenção de permitir um fluxo natural, possibilitando que as questões surgissem de maneira espontânea (Quadro 2).

Quadro 2 – Pistas para a conversa com os participantes

(continua)

OBJETIVOS	TÓPICOS / EIXOS
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a história do movimento social e político das pessoas com deficiência em interlocução com a produção de direitos; - Problematizar práticas de existência e (re)existência das pessoas com deficiência articuladas aos tempos e espaços jurídicos e sociais. - Questionar de que maneira a conquista de direitos reverbera no cotidiano das pessoas com deficiência nas décadas subsequentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da Pesquisa: Problema e Objetivos Específicos e Metodologia (Porque a Conversa como recurso metodológico). Nesse momento falo sobre o contexto dos movimentos sociais, e os marcos legais. - Apresentação pessoal (criar um vínculo com o participante). - Autorização para gravar a conversa. <p style="text-align: center;">EIXO: Garantia de direitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em que momento da tua vida tu te percebes um sujeito de direitos e quando consegues perceber que se beneficiou de uma política pública? - Observa alguma relação entre as pautas dos movimentos sociais e a conquista de direitos? Tu tens algum engajamento nos movimentos sociais? Já participou? Sabe o que é movimento social/ coletivos? - Pensa que a política de Inclusão é resultante dos movimentos sociais, principalmente do movimento das pessoas com deficiência? - Quais os atravessamentos que tu pensas existir da política de Inclusão e dos movimentos sociais, principalmente os das pessoas com deficiência.

Quadro 2 – Pistas para a conversa com os participantes

(conclusão)

OBJETIVOS	TÓPICOS / EIXOS
	<p data-bbox="963 353 1278 383">EIXO: Relações Cotidianas</p> <p data-bbox="810 387 1433 595">- Tu percebes que houve alguma modificação, alguma mudança com relação as garantias de direitos na tua vida cotidiana? Como tu percebes? Que efeitos tu consegues perceber na tua vida cotidiana quando esses direitos são garantidos? O que modifica quando tu tens acesso a esses direitos? Como foi tua inserção no mercado de trabalho? Teve algum facilitador por ter uma deficiência?</p> <p data-bbox="810 629 1433 685">EIXO: Outras formas/Possibilidades de ser e estar no mundo</p> <p data-bbox="810 689 1433 808">- A conquista de direitos te possibilitou perceber o mundo de outras formas? Tu consegues se perceber nesse mundo de outros lugares? O que modifica nas tuas reações cotidianas?</p> <p data-bbox="810 813 1433 931">- A partir dos marcos legais, de forma isso refletiu na escola, na vida da escola? Consegues visualizar na tua trajetória de vida mudanças nas políticas de direito com relação a pessoa com deficiência</p> <p data-bbox="810 936 1433 1055">- A partir dos marcos legais, de que forma isso refletiu, nas tuas relações de trabalho? Consegue visualizar na tua trajetória de vida, mudanças na política de direitos com relação à pessoa com deficiência no mundo do trabalho?</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

6 ESCUTA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

*Resistir não é sinônimo de reagir.
Resistir é, acima de tudo
Criar uma nova maneira de existir.
(Maciel Jr., 2014).*

Início este capítulo descrevendo o impacto do encontro com os sujeitos desta pesquisa sobre mim, provocando uma alteração, não apenas em mim, mas na continuidade do trabalho. A prática de ouvir calmamente, reservando tempo para as pausas, estando receptiva para ver e compreender o outro, acolhendo sua singularidade e permitindo-me vivenciar este momento (esta experiência) de maneira significativa e reflexiva, remete-me novamente à Larrosa (2002, p. 24) e ao conceito de *experiência*.

A experiência, a possibilidade de que algo nos possa acontecer ou nos afetar, necessita de um gesto de interrupção, um gesto quase impossível nos dias atuais: exige que paremos para pensar, para olhar, para escutar; pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o julgamento, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, despertar os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender sobre a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar-se mais, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Portanto, foi o tempo dedicado aos diálogos e à interação com essas vidas muitas vezes invisíveis, que persistem e lutam, não apenas pelo direito legal de existir, mas pela singularidade de suas existências, que me permitiram ter novas percepções, novos olhares, sobre como esses indivíduos foram formados a partir de um modelo societário que preconiza suas vidas como incapazes.

Acredito que é a insurgência contra as relações de poder historicamente estabelecidas que causa a transformação das vidas, como busquei discutir no capítulo sobre os movimentos políticos das pessoas com deficiência (capítulo 4), ao lado de outros movimentos políticos e sociais, que já não aceitavam o papel social a elas destinado. Foucault, em suas teorizações, apresenta três tipos de lutas de poder: contra as formas de dominação; contra as formas de exploração; e contra as formas de subjetivação e sujeição (Foucault *apud* Gallo, 2017).

Entendo que as lutas das pessoas com deficiência são contra as relações de poder que subjugarão a pessoa com deficiência em todos os períodos históricos a condições de vida indignas, que sempre as colocaram à margem, como vidas descartáveis. A pessoa com deficiência foi subjetivada com base em um pressuposto de anormalidade. Essas vidas, caracterizadas como anormais, infames, desviantes e que se tornaram invisíveis para o restante

da sociedade em certo contexto histórico, recusam-se a ser ignoradas, tornando-se visíveis e objetos de estudo/conhecimento, gerando novos modos de existência. Ao resistirem, não transformam apenas as relações de poder, mas principalmente a si mesmas.

Com base na materialidade produzida e analisada, na escuta dos sujeitos desta pesquisa, o objetivo deste capítulo é problematizar a produção de políticas públicas que atendam às demandas propostas pelos movimentos políticos e sociais em articulação com a vida cotidiana desses sujeitos.

Conforme enfatizado no capítulo anterior, a década de 80 foi prolífica na emergência de movimentos liderados por pessoas com deficiência, que abandonaram uma postura de subordinação em relação às suas famílias e/ou associações representativas e assumiram o papel de protagonistas. A principal conquista do movimento foi a inclusão de direitos na Constituição de 1988. Esses direitos⁶³ abordam questões como saúde, educação, proteção, acessibilidade, integração social, proibição de discriminação no trabalho, alocação de percentual de cargos públicos, reabilitação e critérios específicos para aposentadoria. Posteriormente, esses direitos foram ratificados na Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência de 1999, que entrou em vigor no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 (Brasil, 2001a).

No Brasil, sob o impulso de governos identificados com políticas neoliberais⁶⁴ (1995 a 2016) que se mostraram receptivos às demandas das pessoas com deficiência - já contempladas na Constituição Federal - foram instituídas secretarias especiais vinculadas aos direitos humanos para promover e agilizar políticas de justiça, inclusão social e escolar. Dentre as primordiais políticas públicas implementadas nesse período, destacam-se: Lei 8.112/1990 (Brasil, 1990), Lei nº 8.213/1991 (Brasil, 1991), Lei de Cotas (Brasil, 2012), Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001b), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE, 2001), a Lei de Libras (Brasil, 2002),⁶⁵ Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da

⁶³ Artigos Constitucionais, 7, 23, 24, 37, 40, 203, 208, 227, 244.

⁶⁴ O Neoliberalismo não se limita a ser uma teoria econômica, mas constitui uma racionalidade política que visa representar a esfera social como econômica. Além disso, busca associar uma diminuição nos serviços do estado voltados para o bem-estar social e nos sistemas de segurança ao realce de uma responsabilidade pessoal e do autocuidado (Lemke citado em McCarthy *et al.*, 2011, p. 52).

⁶⁵ Uma das participantes menciona um documento elaborado pela comunidade surda, emergente do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em 1999, em Porto Alegre-RS. O documento, intitulado "A Educação que Nós Surdos Queremos" (FENEIS, 2018), foi entregue no mesmo período ao governador do estado.

Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A seleção dessas políticas específicas para compor esta pesquisa, em detrimento de outras, deve-se à sua citação direta ou indireta pelos participantes do estudo. A problemática que procurarei apresentar será baseada no conceito de biopolítica. Segundo Castro (2009, p. 60),

é necessário entender que Biopolítica é a maneira pela qual, a partir do século XVIII, buscou-se racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de seres vivos enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça [...] essa nova forma de poder se ocupará então: 1) da proporção de nascimentos, óbitos, taxas de reprodução, fecundidade da população. Em resumo, da demografia. 2) das enfermidades endêmicas: da natureza, extensão, duração, intensidades das enfermidades predominantes na população; da higiene pública. 3) Da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho. Logo, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. 4) das relações com o meio geográfico, com o clima. Do urbanismo e da ecologia.

A concepção da Biopolítica enquanto uma estratégia de controle e regulação dos indivíduos possibilita a compreensão das intenções do Estado ao elaborar políticas públicas que possam capturar modos de existência resistentes (Pagni, 2019, p. 573). Tais políticas têm o objetivo de otimizar a vida daqueles que se consideram dependentes do Estado, tornando-os um grupo que proporciona retorno e se mostra produtivo. Simultaneamente, esses indivíduos e seus modos de existência emergentes resistem a práticas de estruturação e imposição de controle, propondo alternativas para se relacionar com o outro e com sua singularidade (Pagni, 2019, p. 585).

Ao considerar a elaboração de políticas públicas voltadas para a inclusão⁶⁶ de pessoas com deficiência no sistema educacional e no mercado de trabalho, é importante mencionar autores que defendem a perspectiva de que tais iniciativas governamentais também se configuram como estratégias de controle e regulação dos indivíduos. Veiga-Neto (2007, p. 13) sugere que o termo "governo" seria mais apropriado para descrever essas ações, uma vez que elas visam orientar e estruturar as ações de um grupo social específico. Assim, a criação ou expansão de políticas públicas que atendam às demandas dos movimentos de pessoas com deficiência pode ser entendida como uma estratégia de controle sobre essa população. Conforme nos propõe pensar Thoma e Hillesheim (2011, p. 17),

⁶⁶ O termo "inclusão" merece uma definição adequada. Segundo Lopes (2011), inclusão pode ser interpretada como um conjunto de práticas que incentivam os indivíduos a refletirem sobre si próprios e os demais, baseadas em uma divisão platônica das relações. Adicionalmente, pode ser compreendida como uma condição de vida que leva à luta constante pelo direito de se auto-representar e participar em espaços públicos, estando inserido nas políticas estatais. Enfatizando, a inclusão pode ainda ser vista como um conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais e de saúde voltadas para o público ao qual se deseja disciplinar, monitorar e regulamentar.

[...] Neles buscamos mostrar como as políticas de inclusão se configuram como uma estratégia de controle e regulação dos sujeitos. Nesse sentido, mais do que um direito conquistado por movimentos políticos, mais do que uma questão moral e ética, a inclusão escolar pode ser entendida como uma forma de governo das diferenças, que atua sobre a conduta de todos nós, gerenciando os riscos produzidos pela exclusão social e garantindo a segurança da população.

A garantia de direitos passa a ser compreendida também como medidas voltadas a transformar a pessoa com deficiência em um indivíduo produtivo, capaz de contribuir para o desenvolvimento do país e aliviar o ônus dos cofres públicos. Dentro desse processo, a educação e o mercado de trabalho desempenham papéis estratégicos na governança desses indivíduos.

O primeiro eixo estrutural delineado por mim, no âmbito das conversas com os participantes desta pesquisa, foi sobre as **Garantias de Direitos**. É possível notar, dentro desse eixo, a relevância da apropriação das políticas públicas, em âmbito federal e estadual, por parte da pessoa com deficiência. Nota-se, principalmente, o impacto referente às cotas para ingresso no serviço público e privado, às políticas educacionais e às cotas para o acesso ao ensino superior.

Quando abriu o concurso aqui na universidade. Opa, tem cotas. então óbvio, que as cotas, eu sei, eu não teria entrado na universidade se não fosse a questão das cotas, eu tenho plena consciência disso, e tá então, eu fiz esse direito valer.
Entrei na universidade pela Lei de Cotas (2005).
Foi um favor que me fizeram? Não (Maria)

Fiz curso superior só em 2008. Depois que terminei o ensino médio eu tentei fazer o vestibular aqui na universidade e aí não conseguia passar.
Não tinha nada adaptado (Maria).

A luta por direitos surgiu depois que eu me formei (1995) com 23 anos. Eu comecei a trabalhar em subempregos. Eu percebia que empresário nenhum queria dar oportunidade. Pô como esse cara vai trabalhar aqui? A solução era encostar a pessoa no INSS do jeito que desse.
Até que eu consegui em 2003, eu consegui passar no concurso (INSS). Já tinha a Lei de cotas. Eu entrei pelas cotas. Fui o primeiro no Rio Grande do Sul a entrar pelas cotas. (Jose)

Acho que se não tivesse luta, não teria direito, não teria reconhecimento, então por exemplo esse documento *A Educação que nós Surdos Queremos*, é o maior resultado desses movimentos. A questão da interpretação, reconhecimento da Libras, dos professores de Libras. É um documento que tem 147 artigos, eu vi que a maioria foi conquistada, acontece hoje. Então isso é o resultado de um movimento que aconteceu e que produziu esse direito (Ana).

Em 2004 comecei minha primeira faculdade. Perguntei, vai ter intérprete? Falaram sim, vai ter intérprete. Já tinha mais ou menos 4 surdos que estudavam na instituição. O intérprete trabalhava sozinho. Precisava dividir o tempo. Não tinha lei específica para intérprete. Depois do decreto 5.626/2005, aí sim, com o contrato dos interpretes foi cumprido meu direito. Antes não era meu direito ainda, era só um reconhecimento da Libras, aí depois começou, eu entendi que era meu direito (Ana).

Quando começaram realmente essa questão das cotas, que eu lembro assim, que eu pensei, olha que legal. Não lembro quem foi o político aqui no Brasil que realmente começou com as ações afirmativas, acho que foi Fernando Henrique. (Jose).

Eu sempre fui incluída na escola e participava de tudo. Eu sempre estudei em escolas desde os 4 anos. Eu sempre fui acolhida pelos colegas, professores e eu participava de todas as tarefas. Eu me esforçava. Até o terceiro ano do ensino médio, que eu me formei. A escola especial a gente não quer, o mais importante é a escola regular. Isso é um ponto que eu sempre trago e que para mim é muito importante. Que todos os jovens com Síndrome de Down sejam inseridos, Inclusão no mercado de trabalho né (Mariana).

Porque eu poderia estar em casa, tá jogando videogame, vendo televisão o dia inteiro. Porque tem pessoas que estão assim até hoje, tem 30 anos e tão assim até hoje, mesmo tendo capacidade, inteligência de estar fazendo um curso superior, tá trabalhando, poxa, eu preciso tomar as rédeas da minha vida.

Quando eu vou parar de ser o primeiro? O precursor?

Quando eu entrei para a Universidade, tem aquela coisa do censo, que o jornal nacional apresenta, número de pessoas que ingressaram na universidade. Só foi apresentado a estimativa do público negro. E a pessoa com deficiência? E eu, porra, tinha mais de 40 pessoas com deficiência fazendo a prova. Cadê essa galera? Porque não está sendo noticiado? É a marcha dos esquecidos? Não existe as pessoas com deficiência?

Da mesma maneira que uma pessoa negra entra na universidade, por uma política. Política de ações afirmativas, eu também entro. Então não é uma luta diferente, é a mesma (João).

A partir da escuta dos sujeitos, é possível observar o quanto os direitos conquistados pelos movimentos políticos e sociais foram determinantes na forma como a vida desses sujeitos foi sendo modificada. O reconhecimento por parte do Governo⁶⁷ que a pessoa com deficiência é um sujeito de direitos, estabelece novas formas de relações entre eles.

⁶⁷ Considero relevante apresentar a diferenciação proposta por Veiga-Neto e Lopes para os termos "Governo", "governo" e "governamento": Optamos pelo uso do termo "*governamento*", em vez de "*governo*", para nos referirmos ao conjunto de ações de poder que visam direcionar deliberadamente a própria conduta ou a conduta de outrem. Em outras palavras, ações que "objetivam estruturar o campo potencial de ação dos outros" (Foucault, [1982] 1995, p. 244). Dessa maneira, reservamos o termo "*governo*" para designar tudo o que se relaciona às instâncias centralizadoras do Estado e utilizamos "*governamento*" para se referir ao conjunto das ações de poder - dispersas, disseminadas e microfísicas - que almejam direcionar ou estruturar as ações. Desse modo, "governo" pode ser grafado com inicial maiúscula quando se refere à instância estatal (Veiga-Neto; Lopes, 2007).

Também considero que o atendimento aos anseios e demandas das pessoas com deficiência por parte do Governo é uma das principais finalidades do governo dessa população. No entanto, não podemos ignorar que tais direitos são também fruto das reivindicações e lutas dos movimentos sociais e políticos dessas pessoas com deficiência, em negociação com o Estado, que tinha intenções de torná-los produtivos, autônomos e participativos, "capturando a força ativa do *corpo comum*" (Pagni, 2023, p.169).

Deste modo, proponho, nesta pesquisa, duas possíveis linhas de análise que, embora emanem de diferentes perspectivas discursivas, não me parecem antagônicas, mas complementares. Uma análise enfatiza a crítica ao Governo e às suas estratégias biopolíticas de gerenciamento da população com deficiência. A outra é guiada pela perspectiva dos próprios indivíduos e seus corpos desviantes, que desejam participar ativamente em espaços sociais historicamente negados.

É uma tarefa desafiadora examinar estas duas vertentes argumentativas, mas acredito que representem pontos de vista complementares quando combinados. Por essa razão, considero possível criticar as estratégias de governo implementadas pelas políticas Inclusivas.

Esse movimento crítico permite também defender a Inclusão como um princípio fundamental nas relações humanas, apesar de seus contornos específicos nas políticas inclusivas brasileiras. Nesse sentido, entendo ser necessário questionar como certos discursos vêm sendo produzidos a respeito das políticas inclusivas como um imperativo da biopolítica.

Diante disso, proponho um deslocamento de perspectiva: a Inclusão deve ser vista não somente como um instrumento da biopolítica com objetivo de normalização e controle, mas também como uma possibilidade de promover encontros e convivência com o outro, com a singularidade, potencializando a diferença nas escolas, no trabalho, na universidade, nos espaços de lazer e em todos os lugares. Segundo Menezes (2011, p. 37),

Ao realizar uma crítica a partir dos estudos foucaultianos, nós nos colocamos no lugar de quem, ao perguntar, não busca por explicações, mas pela possibilidade de suspeitar do que está estabelecido. E, mesmo que as explicações sejam fornecidas, elas estarão permanentemente sujeitas a novas suspeitas.

A crítica às políticas públicas de inclusão pode ser percebida também como uma estratégia de direção populacional por meio de mecanismos de uma governamentalidade neoliberal instituída no Brasil no final do século XX. Segundo Fröhlich (2014, p. 5), "a emergência de políticas públicas voltadas para a governança da população não é meramente

coincidência", e tem sido demonstrada como parte das práticas neoliberais de gestão populacional. Essas práticas permitem especialmente que grupos anteriormente marginalizados possam participar ativamente do processo econômico.

A inclusão, assim, se apresenta como um imperativo estratégico biopolítico de que todos devem participar na vida social, econômica e educacional. A premissa básica é que não se deve permitir a exclusão; o acesso deve ser assegurado a todos. O imperativo da inclusão se torna então a técnica mais eficaz na formação de indivíduos que "precisam ser livres para produzir e consumir, mas precisam ser governados para se manterem saudáveis e seguros, e, conseqüentemente, produzir e consumir cada vez mais" (Fröhlich, 2014, p. 6).

Por outro lado, é importante salientar que a conquista de direitos decorrentes das políticas públicas de inclusão tem ecoado positivamente na vida das pessoas com deficiência, permitindo a sua entrada em diversos ambientes sociais anteriormente inacessíveis. Esses indivíduos, antes considerados estranhos ou anômalos, agora se tornam visíveis, potencializando novas formas de convivência e interação social.

Nesse sentido, Menezes e Kraemer (2023) abordam uma mudança recente nas análises sobre a inclusão como um imperativo. De acordo com as autoras, é possível identificar uma crítica constante, mas também uma a defesa concomitante da inclusão. Apesar de estarem falando especificamente sobre Inclusão na escola, acredito ser possível expandir para outros espaços,

Associadas às teorizações pós-críticas, inspiradas nos estudos do filósofo Michel Foucault, percebemos que as análises realizadas nesse período têm passado por mudanças. As ênfases parecem inicialmente anunciar a crítica ao viés neoliberal nas políticas inclusivas e seus efeitos na produção de subjetividades; já mais recentemente a defesa inquestionável da necessidade dessas políticas, não por negarmos as ligações neoliberais que as impulsionam, mas por compreendermos que, a despeito dessas relações, a garantia legal da presença de corpos deficientes na escola comum constitui uma possibilidade de questionamento em relação a toda vontade de norma que estrutura e sustenta esse espaço (Menezes; Kraemer, 2023, p. 6-7).

Em relação a isso, apresento o segundo eixo denominado "**Relações Cotidianas**", que busca retratar como o indivíduo, agora produtivo e integrado, capturado pela Biopolítica, resiste às diversas formas de sujeição que lhe são impostas pela sociedade.

25 anos atrás, quando a gente pensa: o que uma pessoa cega poderia fazer? A gente tinha poucas opções pela questão do desconhecimento e do capacitismo mesmo. Enfim, até hoje existe, imagina então naquela época, e a gente acabava associando ao que? A pessoa cega ia tocar teclado, tocar gaita. (Maria)

Depois que eu entrei aqui, no caso, eu tive que demonstrar que eu podia. E as vezes eu fui mais cobrada, até do que os outros servidores sem deficiência. Porque? Porque o esperado é que eu cometesse erros. (Maria)

Já fui a lugares que as pessoas ficavam perguntando: O que tu tá fazendo aqui? Eu bem feliz no show e as pessoas: o que tu tá fazendo aqui? Tu vai responder o que né? Quando eu digo que gosto de viajar, todo mundo fica em silêncio. Devem estar pensando: Como assim? Para que? (Maria)

Quando eu entrei no INSS, não tinha nem computadores, nem máquinas. Depois com o tempo eu tive que levar o meu sistema operacional de casa que eu tinha em disquete. Aí ficava todo mundo admirado. Ai durante o trabalho eu fui demonstrando (Jose).

A população deficiente, ela se serve de associações, da própria universidade para buscar acessibilidade. A nossa intenção ao fundar a associação deu certo. De ter um centro de referência, independente de ser uma associação, um grupo. Porque o que acontece? Geralmente a família não tá preparada para ter um filho deficiente visual, então a família fica, nossa o que eu faço? (Jose).

Organizamos a associação num antigo ambulatório da rede ferroviária. Chegando lá, até a própria vila Belga (a associação de moradores), teve uma resistência, porque não queriam uma associação de cegos lá. Não me pergunta porquê. Mas teve muita resistência. Mas estamos lá a 10 anos. (Jose)

Toda pessoa com deficiência, como qualquer outra pessoa, ela tem vontade e o desejo de se sentir incluída, de se sentir aceita, de se sentir mais um se quiser, ou se sentir único, seja na profissão ou nos relacionamentos, acho que ela tem os mesmos direitos. (Jose)

As pessoas me vêem como surda, mas quando me enxergam, ficam meio paralisadas, assim, não sabem como conversarem comigo. Aí chamam interprete. Ou já aconteceu comigo, ahhh não precisa participar da reunião, que tu é surda. Mas espera um pouquinho, eu sou servidora daqui. Eu preciso participar. Eu quero saber o que está acontecendo. Tenho direito de estar lá como funcionária da instituição. Então é meio complicado né? (Ana)

Porque aqui é uma área que precisava ter mais conhecimento em relação as pessoas surdas. Então as vezes em reuniões, o departamento esquece de chamar interprete. Aí continuam falando, falando e eu fico lá. Espera um pouquinho, então vamos anular isso aqui, vamos marcar para outro dia. Não é assim que funciona, eu sou servidora da instituição igual a vocês. Eu fico bem brava com isso. É preciso mostrar, eu não estou aqui só para ensinar LIBRAS, não é assim, eu sou tua colega, então eu fico irritada (Ana)

Já aconteceu inclusive de uma professora de outra área, não é LIBRAS, me chamou para uma palestra na aula dela e aí ela perguntou se meus pais se mudaram comigo para Santa Maria? Porque eu sou surda? Eu falei: não, eu tenho a minha família. Tenho minha própria família. Eu achei muito estranho. Uma professora jovem me perguntou isso. Eu fiquei muito irritada. (Ana)

Quando chega um cliente, e eu vou atende-lo, as vezes ele diz: Não, prefiro ir no balcão. Uma vez fui atender um cliente e ele não teve paciência comigo. E eu falei, só um minuto, vou chamar a gerencia. Meus colegas estavam tudo em cima de mim, me protegendo né? Chegou a gerente e eu expliquei: olha o cliente foi grosso comigo. Eu me senti ofendida. (Mariana)

Para mim não tem contexto de deficiência. Porque eu não vivi outra realidade. A minha realidade é essa desde que eu me entendo por gente. Então não perdi nada. Sou normal assim. (João)

O mundo ele não é projetado. Ele é um campo. Quem adapta o mundo é a gente. (João).

Não é só a questão das pessoas normais de verem com um olhar de isolamento, de coitadinho. Também tem a questão da própria pessoa com deficiência, de ela se doar um pouco, se mostrar mais, se apresentar mais. (João)

Já pararam para perguntar para mim, o que eu gosto? (João).

Porque estranham que eu esteja fazendo um curso superior? (João)

Desde o começo da vida eu tive que lutar para viver (João)

Eu sempre tenho que provar meu valor. Ahhh será que o João consegue?

A minha interação com os indivíduos mencionados me permite vislumbrar possibilidades de resistência ao estranhamento causado pela presença daqueles subjulgados como incapazes e ineficientes, nas suas novas relações cotidianas. Assim, nas primeiras considerações, podemos discernir o papel que historicamente foi atribuído à pessoa com deficiência. Observa-se como a introdução destas pessoas em espaços predominantemente normativos causa, inicialmente, desconfiança sobre suas habilidades e potencial, ao mesmo tempo que evidencia a capacidade e poder intrínseco dessas vidas, além da dicotomia normalidade/anormalidade.

A presença e a subsequente convivência com a pessoa com deficiência - seja no trabalho, na escola, na universidade ou em diversos outros contextos sociais - gera questionamentos sobre os padrões de normalidade/anormalidade profundamente enraizados na sociedade. Na grande maioria das conversas, percebe-se que a pessoa com deficiência foi construída por práticas excludentes e debilitantes, sempre considerada como "anormal" ou inadequada, e objeto de pena e benevolência. A necessidade de rotular os "corpos desviantes" como anormais reflete a noção do que se considera "normal". Esse normal, compreendido como ideal e almejado por todos, determina como a vida deve ser organizada, seguindo as referências que prescrevem os modos de ser. Assim, esses corpos, ao pleitearem o direito de integrarem ou ocuparem espaços em diferentes esferas sociais, transgridem e quebram o pacto da normalidade.

As relações emergentes a partir desses encontros podem ser consideradas relações de poder. Os indivíduos que agora adentram esses espaços se insurgem contra todas as suposições estabelecidas sobre sua condição. Silvio Gallo (2017, p. 315) afirma que, para Foucault,

A revolta não possui uma causa que possa ser esclarecida; é, de modo direto e concreto, resposta a um poder que se impõe, resistência a uma situação considerada indigna, indesejada e contra a qual é válido arriscar a própria vida para assegurar a existência. A revolta é pura ação. Insurgir-se significa assumir o próprio destino nas

mãos e agir, moldar os próprios feitos, a própria existência, em relação a tudo e todos que estão presentes.

Os indivíduos que participam desta pesquisa questionam, em certo momento de suas vidas, a produção de saberes e as relações de poder que os subjagam, estigmatizando-os como incapazes. Sua presença exige novas configurações de coexistência, incentivando mudanças e realçando a singularidade. As estratégias de resistência adotadas geram novas subjetividades, permitindo que suas vidas se transformem e estabelecendo uma nova maneira de viver, de interagir com o outro e consigo mesmo, desafiando antigos modelos de convívio. Conceber a própria existência como uma reexistência é empreender uma luta contra as técnicas de subjugação e contra um manual hegemônico de ser e viver. Michael Foucault ([1982] 1995, p. 239) em *O Sujeito e o Poder* afirma que

Talvez, o objetivo atualmente não seja descobrir quem somos, mas sim, negar quem somos. Precisamos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste "duplo constrangimento" político, que é a simultânea individualização e totalização próprias às estruturas do poder moderno.

A partir dessa negação, novos estilos de vida tornam-se possíveis. Desse modo, o terceiro eixo, denominado "**Outras Formas/Possibilidades de Ser e Estar no Mundo**", permitiu-me refletir sobre como as políticas públicas, ou as ações afirmativas, que asseguraram direitos às pessoas com deficiência, possibilitaram a esses indivíduos a reinvenção de suas existências, a produção de novas subjetividades.

A seguir, apresento alguns trechos que acreditam reforçar essa afirmação.

Ao passar no concurso pelas cotas...nem sei te dizer o quanto minha vida mudou. Foi tudo para mim. Até hoje é tudo. Tudo o que conquistei em termos financeiros, de perspectiva, de relacionamentos, profissionalmente. Nossa...Inexplicável. Me senti (sem palavras). (Jose).
Depois dessa abertura de oportunidade, eu trilhei um caminho aqui dentro, fiz graduação, fiz especialização, uma segunda especialização na área de audiodescrição, que tem uma demanda aqui na universidade, nos projetos que trabalho, projetos de extensão. Então a gente sai de dentro da universidade, levando projetos para a comunidade externa. E isso vai te trazendo um reconhecimento, não somente profissional, mas a pessoa. (Maria).
E aí, sim, existe a Maria, reconhecida, que trabalha na Universidade, que chega nos locais e as pessoas dizem: ahh mas tu é a Maria que trabalha na Universidade. E tudo isso aconteceu pelo direito de ter entrado aqui pelas cotas. (Maria)

Aí vem todo o contexto social, com isso de tu conhecer outras pessoas, ter outras oportunidades, frequentar outros lugares. E aí tu acaba te incluindo, não somente no espaço profissional, mas em todos, se hoje eu vou para o centro comprar alguma coisa, se hoje eu frequento determinado

lugar é porque eu tenho essa estabilidade. Então uma coisa vai puxando a outra. Uma abertura de espaço, te abre outras possibilidades. Isso reflete na forma que a sociedade me vê. (Maria). Foi uma construção de confiança, de reconhecimento. Eu sou ouvida, a minha opinião conta muito aqui dentro. (Maria).

Tudo o que eu consegui fazer, então para mim, foi uma virada de chave (passar no concurso). Mudou tudo. Eu me sinto uma pessoa privilegiada nos dias de hoje, muito privilegiada. No país que a gente vive então. A sociedade começa, a palavra é começa, a me ver como parte dela. Acho que é um começo. (Jose).

Minha vida mudou tudo. Com o decreto 5.626/05 a Libras está acontecendo em todas as licenciaturas e o curso de fonoaudiologia. Então sempre tem alguém que sabe Libras em diversos lugares, seja num consultório médico, no hospital, na farmácia, claro que existe muita limitação, mas mudou bastante, porque antes as pessoas olhavam a pessoa surda e pensava, pobrezinho, aquele olhar capacitista, assistencialista. Hoje quando veem uma pessoa surda, entendem que é uma diferença linguística. (Ana).

Eu sempre falo que eu sou muito privilegiada, porque minha família ouvinte sabe libras, eu estudei numa escola para surdos, eu trabalho aqui, tenho interprete, minhas colegas sabem libras. Por mim, tá tudo certo. (Ana).

Com o trabalho me sento valorizada, foi muito bom. Com responsabilidade, com autonomia, com independência. Não só por salário, mas por responsabilidade de trabalhar em equipe, todo mundo junto, assim bem unidos. (Mariana).

As pessoas com deficiência têm que estar com as pessoas ditas normais e se misturarem, entendeu? Estar juntos numa única escola. Eu estou lutando por mim e pela AFAD-NH. Eu quero chamar outras pessoas com Síndrome de Down e pessoas com deficiência para estarem nos autodefensores (Mariana)

A galera com deficiência diz: eu não gosto de me expor. Cara tu já é exposto quando tu é impedido de entrar num banco ou entrar num restaurante porque o banheiro não cabe tua cadeira de rodas. Desde que eu cheguei eu venho quebrando estigmas, barreiras. (João).

Porque algumas coisas são fáceis de naturalizar? E uma pessoa com deficiência na universidade não? São seres humanos, tem sonhos, tem vontades, tem sonhos de ser pais, de ser mães, de trabalhar, de estudar. (João).

Ahhh, tu é um exemplo. Tô cansado de ser só um exemplo, Os exemplos também tem sonhos. Tem desejos. (João).

É possível discernir, ao escutar os sujeitos, que a ocupação de diversos espaços por eles, além de ser uma transgressão à normalidade estabelecida, incita a necessidade de produção de novos conhecimentos. Esses devem ser fundamentados na escuta atenta e na observação meticulosa desse "outro". Esse processo também provoca deslocamentos, facultando a existência de diferentes modos de ser e de coexistir no mundo.

A potencialidade da presença desses "corpos singulares" (Pagni, 2022, p.16) em variados espaços sociais pode ser transformadora, desde que nos permitamos uma "abertura ao outro, para uma experimentação e autotransformação ética, aprendendo a convivência com a diferença do outro" (Pagni, 2019, p.566). A predisposição em ser afetado pela presença de um outro, distinto de si, possibilita o surgimento de novas formas de subjetividade.

Nessa perspectiva, a resistência é compreendida como um movimento de reflexão e autoreflexão. Para Foucault (2011, p.225), "não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo". Este exercício propicia ainda a redefinição de nossa relação com o mundo.

Dessa forma, percebo a presença dos sujeitos dessa pesquisa nos novos espaços políticos e sociais como um avanço significativo na construção de novas modalidades de vida conjunta, sugerindo inéditas formas de subjetividade. Negar-se a aceitar os papéis sociais atribuídos representa resistência; equivale a ansiar por outra maneira de existir e reexistir. Renata Aspis (2021, p. 28), nos provoca a pensar sobre o conceito de Resistência

Resistir, interpretado como re-existir, não se trata de um movimento de puxar ou empurrar para evitar a mudança de lugar, mas ao contrário, é o movimento de criar outros lugares. É um desvio. Não se trata de uma oposição termo a termo, de maneira que, se o termo que está sendo afirmado (oprimindo, conduzindo, violentando, etc.) cessar, o movimento de resistência perde seu sentido, porque só existia por negação. O movimento de re-existência, primeiro e principalmente, é afirmação. Trata-se de um movimento de criação de outros modos de vida, de abertura de um novo caminho: rotas imprevistas, afirmação de outras formas de ser humano.

Para ampliar a reflexão sobre isso, trago a perspectiva de Silvio Gallo (2017), ao afirmar que “resistir é insistir na vida”. A potência das vidas dos sujeitos parece se fortalecer diante das formas de assujeitamento, criando novas abordagens de (re)existência. A busca por um reconhecimento que permita uma existência livre e autônoma pode, portanto, ser interpretada como um ato de resistência. Ela engloba não só a criação de novos espaços de luta, mas também a formação de novas relações de poder.

Os indivíduos que transformaram a existência própria em resistência, assumindo o papel central em uma vivência que inquieta, provoca e cria lacunas para visualizar formas alternativas de relação com os outros, exploram outras possibilidades de vida comum por meio da conquista de direitos, desejo mais. Os excertos destacados dos diálogos evidenciam a importância dessa garantia. No entanto, percebe-se a necessidade de ir além, pois os indivíduos aspiram mais. Desejam se sentir parte integrante da sociedade, almejam desconstruir o olhar normativo que foi imposto sobre seus corpos, ambicionam questionar o conceito de normalidade instituído. E talvez, o que possamos fazer é tornar a escuta uma prática diária. Não devemos falar por eles, mas principalmente, com eles.

Finalmente, defendo a relevância da realização de pesquisas **com** e **para** pessoas com deficiências. Elas precisam ultrapassar a condição de meros objetos e se tornarem sujeitos de pesquisa, produzindo suas próprias investigações e incentivando a resistência conjunta, o

pensamento cooperativo, a troca de experiências e a construção de relações éticas de vida com os outros. As políticas afirmativas asseguram direitos e acesso, mas a forma como as relações com o outro são estabelecidas é a questão central que pretendo problematizar neste texto.

Nesse sentido, convido a refletir sobre os princípios que guiam essa relação, possibilitando uma convivência ética, cuidadosa e atenta à singularidade de cada um (Carvalho; Menezes; Pagni, 2022, p. 3). O respeito à singularidade do outro pode desencadear em nós "subjetividades outras" (Carvalho; Menezes; Pagni, 2022, p. 7), abrindo espaços para deslocamentos que podem nos conduzir a novas relações e perspectivas que transcendam a normalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir (Foucault, 1984,).

Refletindo sobre a conclusão desta pesquisa, recordo-me o que me conduziu a este ponto: o desejo. O anseio por uma perspectiva alternativa acerca do mundo que me rodeia e das interações que estabeleço nele, uma visão que me permitisse questionar verdades tidas como absolutas, naturalizadas em relação à produção das existências. Conforme enfatiza Foucault, na citação anterior, a vontade de pensar de maneira divergente do convencional, de apreciar a vida sob uma ótica distinta da usual, torna-se urgente, indispensável; trata-se de uma questão de sobrevivência, que nos desequilibra para nos impulsionar a continuar desconfiando do que parece óbvio. É a aposta de que seja viável viver sem cair nas armadilhas da normalidade, do senso comum, do natural.

A elaboração desta dissertação reforçou a ideia de que é na vitalidade das nossas relações com os outros que nos reorganizamos. Os encontros com o grupo de pesquisa e os afetos construídos a partir dele foram os meios que permitiram os necessários deslocamentos para que a mulher, mãe, professora e pesquisadora que fala e escreve aqui, pudesse se libertar de suas visões antigas e se permitisse experimentar novas perspectivas sobre o cotidiano e sobre si mesma.

Inicialmente, planejei conduzir este trabalho de pesquisa com o diálogo como um eficaz método de pesquisa colaborativa, "que se desenvolve com os sujeitos" (Serpa, 2018). Ao longo do curso da pesquisa, essa escolha mostrou-se bastante adequada, já que me permitiu estar aberta a novas possibilidades, a apontar para uma redefinição do problema e dos objetivos inicialmente propostos. Foi a partir dos encontros e da atenção aos sujeitos que novas questões surgiram. A capacidade de reformular as perguntas fez-me entender que o mais importante na pesquisa são os reposicionamentos proporcionados pela interação com os outros e as novas direções que daí podem emanar.

Acredito que foi necessário um mergulho retrospectivo, uma perspectiva histórica apresentada nos primeiros capítulos, pois isso possibilitou entender o contexto que permitiu tanto o surgimento de movimentos sociais e políticos no pós-guerra, quanto os movimentos sociais e políticos de pessoas com deficiência, que contestam verdades cristalizadas como imutáveis, construídas com o objetivo de subjugar determinados grupos sociais. A resistência a tais opressões antigas e diferentes formas de dominação caracteriza a resistência. E essa

resistência abre brechas, espaços de luta, e possibilidades de transformação pessoal e das múltiplas maneiras de existir. "Resistir é reexistir, existir novamente, afirmar as potências da vida" (Gallo, 2017, p. 15). A instituição de políticas públicas e a garantia de direitos certamente foram revolucionárias. O que precisamos agora é avançar, assumir um compromisso de vida com o outro, visualizar outras maneiras de convívio, estabelecendo relações éticas de cuidado, amizade e afeto pelo próximo.

A resistência como "reexistência", por sua vez, é deixar-se afetar pela convivência com os outros. Significa formular novas perguntas, pensar de maneiras diferentes, é desviar das rotas mais confortáveis, é também reconhecer a necessidade de gerar novos saberes, é um convite para pensar de maneira distinta. Transformar a pesquisa numa experiência de auto-transformação é também reexistir. Ouvir e compartilhar tempo com o outro, o sujeito da minha pesquisa, me fez perceber a importância de buscar novas abordagens onde a pessoa com deficiência seja o protagonista, em vez de mero objeto de pesquisa. Que possamos escrever com ela e não apenas sobre ela. Uma pesquisa que possibilita o seu empowerment, a sua emancipação para que possa se perceber como pertencente e possa criar sua própria narrativa.

Que estejamos abertos a outras sensibilidades, reexistindo conjuntamente.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALI, Tariq. **O poder das barricadas**: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ASPIS, Renata Lima. **Fazer filosofia com o corpo na rua**: experimentação em pesquisa. Belo Horizonte: Mazza, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. **Gov.br**, Brasília, DF, 8 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957**. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44236-1-agosto-1958-383373-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 8 mar 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com

matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm#:~:text=%C2%A7%20o%20%C3%80s%20pessoas,das%20vagas%20oferecidas%20no%20concurso. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda Constitucional nº 12, de 17 de setembro de 1978**. Altera a Constituição Federal. Artigo único. É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e economia especialmente mediante: I - educação especial e gratuita; II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III - proibição de discriminação inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=12&ano=1978&ato=95fUTSE1UerRVT3e6>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado Federal; UNESCO, 2001b. Disponível em: <https://mapeal.cippec.org/wp-content/uploads/2014/07/Plano-Nacional-de-Educacao-2001.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BUTLER, Judite. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mano Brown entrevista Sueli Carneiro. [Entrevista cedida a Mano Brown]. **Spotify**, São Paulo, 26 maio 2022. Disponível em: https://www.google.com/search?q=podcast+mano+a+mano+sueli+carneiro&oq=podcast+mano+a&aqs=chrome.3.69i57j0i131i433i512j0i51218.11901j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:b1634795,vid:6w785nHhM_. Acesso em: 8 mar. 2023.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; MENEZES, Eliana Pereira de; PAGNI, Pedro Angelo. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. **Revista Cocar**, Belém, ed. esp., n. 13, p. 1-22, 2022.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**: Seção 1E, Brasília, DF, p. 39-40, 14 set. 2001.

CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil, através das histórias de Vida de seus líderes. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRIP CAMP: Revolução pela Inclusão. Direção de James Lebrecht e Nicole Newnham. Los Angeles: Higher Ground Productions 2020.

DEFICIÊNCIA e Diferenças | Izabel Maior. São Paulo: Café Filosófico; Instituto CPFL, 2016. 1 vídeo (48 min). Publicado pelo canal Café Filosófico CPFL. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jQKD5mIMJsM>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DUARTE, André. Comunidade, singularização e subjetivação: notas sobre os coletivos políticos do presente. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 35, p. 217-236, 2014.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Os Pensadores)

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). **A educação que nós surdos queremos**. Belo Horizonte: FENEIS, 2018. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_nos_surdos. Acesso em: 8 mar. 2023.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; ALVES, Nilda. Conversas em redes e pesquisas com os Cotidianos, a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. *In*: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa, por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, São Paulo, n 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**: entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana. Traduzido por Lorena Balbino. São Paulo: n-1, 2019.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1982] 1995.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução Gabriel landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou Reconhecimento? Classe e Status na Sociedade Contemporânea. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, jan./jun. 2002.

FRÖHLICH, Raquel. Políticas Públicas de Inclusão e a governamentalidade neoliberal: o programa “viver sem limite”. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) SUL, 10., Florianópolis, 2014. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED, 2014. p. 1-17.

GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 71-94, 2017a.

GALLO, Silvio. Insurreições escolares? *In*: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio (org.). **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se? São Paulo: CNPQ; Capes; Fapesp; Intermeios, 2017b. p. 311-324.

GARCIA, Jeferson. **Racismo, capital e emancipação humana**: Notas sobre a questão negra na tradição Comunista. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 126-127.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; JEZINE, Edineide. **Educação e movimentos sociais**: novos Olhares. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. p. 33-54.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6. ed. Tradução de Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

HIRTZ, S. Pesquisa em Educação. *In*: SCHERER, S. (org.). **Formação pedagógica**. Jaraguá do Sul: Editora UNERJ, 2004. p. 14.

HOBBSAWM, Eric J. A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX-1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Graças a Deus ele terminou. *In*: VENTURA, Zuenir. **1968**: o que fizemos de nós. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008. p. 121-131.

HOOKS, bell. Educação Democrática. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 199-207.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos Sociais no século XXI. Matriz Pedagógica da participação sociopolítica. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. p. 75-92.

LANNA JR., Mario Cleber Martins (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARROSA, Jorge. A arte da conversa. *In*: SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; ROCHA, Marisa Lopes da. Pensar. *In*: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (org.). **Pesquisar na diferença, um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e governamentalidade. *In*: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (org.). **Políticas de inclusão**: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACIEL JR., Alterives. Resistência e Prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, v. 1, p. 1-8, jan./jun. 2014.

MAIOR, Izabel. Movimento Político das Pessoas com Deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. **Raça, classe, revolução**: a luta pelo poder popular nos Estados Unidos. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MCARTHY, Cameron *et al.* Movimento e estase na reorientação neoliberal da escolarização. *In*: APPLE, Michael; WAYNE, Au; GANDIN, Luis Armando. (orgs). **Educação crítica**: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **a maquinária escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rios dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; KRAEMER, Graciele Marjana. Entre políticas educacionais e regimes discursivos do campo clínico, a criação de outros possíveis para habitar a escola. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 27, p. 1-16, 2023.

MORRIS, Richard. **Documentos básicos da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

MUNIZ, Eray Proença; ARRUDA, Élcia Esnarriaga de. Políticas públicas educacionais e os organismos internacionais: influência na trajetória da educação especial brasileira. **Histedbr**, Campinas, n. 28, p. 258-277, 2007.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Resolução nº 31/123 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 16/12/76. Nova York: ONU, 1981. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

PAGNI, Pedro Angelo. “Nada sobre nós sem corpo comum”: outro paradigma para inclusão no Ensino Superior? São Paulo, 2022. SciELO Preprints.

PAGNI, Pedro Angelo. Entre o governo das diferenças e o ingovernável dos corpos: possibilidades de resistência em educação. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 68, p. 563-590, maio/ago. 2019.

PAGNI, Pedro Angelo. **Retratos foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola**: do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

PRADO FILHO, Kleber. Historicizar. *In*: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na diferença, um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 125.

REICH, Wilhelm. Desobedecer. *In*: GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu, 2018.

SALIMENE, Arlete Camargo de Melo. Reabilitação e Ideologia: um breve histórico. **Revista Serviço Social – Hospital**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 34-37, 1996.

SAMPAIO, Carmen Sanches; RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? *In*: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa, por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 33.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós sem nós: da integração a Inclusão. Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, Rio de Janeiro, ano X, nº 57, p. 8-16, jul./ago. 2007.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon; Mackenzie, 2003.

SERPA, Andrea. Conversas: possibilidades de pesquisa com o cotidiano. *In*: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa, por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 93.

SHAWKI, Ahmed. **Libertação negra e socialismo**. São Paulo: Sundermann, 2017.

THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

TIBLE, Jean. **Política selvagem**. São Paulo: GLAC, 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... *In*: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. *In*: GONDRA, José; KOHAN, Walter (org.). **Foucault: 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.

WALSH, Catherine. Notas Pedagógicas a partir das Brechas Decoloniais. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 64-74.

ZANELLA, Andréa Vieira; FURTADO, Janaina Rocha. Resistir. *In*: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na diferença, um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 207.

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Santa Maria, 15 de junho de 2023.

Prezado

Venho por meio desta apresentar a aluna Gilda Maria Schirmann Henn, que está desenvolvendo sob minha orientação sua pesquisa de dissertação como aluna do Curso de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS, sob o título *“Movimentos Sociais e Políticos das Pessoas com Deficiência: Uma escuta das Práticas de (Re)existência”*, com o objetivo de tensionar e analisar o que dizem as pessoas com deficiência quando analisam os direitos conquistados pelos movimentos sociais e políticos do início dos anos 80 no Brasil em articulação com suas vidas cotidianas. Como objetivo específico, destaca-se também a analisar a história do movimento social e político das pessoas com deficiência em interlocução com a produção de direitos. Também garantir a escuta das pessoas com deficiência como prática de resistência à objetificação de suas existências operadas pelo saber científico.

Solicitamos sua colaboração com o referido estudo, participando na condição de sujeito da pesquisa.

Desde já agradecemos pela disponibilidade em colaborar.



Prof.^a Dr.^a Eliana Pereira de Menezes

Orientadora da pesquisa

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Título do estudo: Movimentos Sociais e Políticos das Pessoas com Deficiência: Uma escuta das Práticas de (Re)existência

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eliana Pereira de Menezes

Acadêmica: Gilda Maria Schirmann Henn

Instituição/Departamento: UFSM/Programa de Pós-Graduação em Educação

Telefone para contato: 55.999439374

Local da coleta de dados:

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Tal pesquisa servirá de base para a construção de uma dissertação no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, que tem por finalidade refletir sobre como as reivindicações produzidas pelo movimento das pessoas com deficiência no início da década de 80 se articulam com as possíveis transformações na vida cotidiana das pessoas com deficiência a partir da década de 90 no Brasil. Como objetivo específico, destaca-se tensionar de que maneira a conquista de direitos reverbera no cotidiano desses sujeitos nas décadas seguintes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas desta entrevista. A entrevista será gravada e transcrita.

BENEFÍCIOS: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, com benefícios diretos ao senhor(a), pois possibilita a reflexão de sua prática frente aos aspectos relacionados a educação inclusiva.

RISCOS: A participação nesta pesquisa não representará risco de ordem física ou moral, no entanto, em algum questionamento você poderá sentir-se constrangido(a), abalando o seu psicológico.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, julho de 2023.

Gilda Maria Schirrmann Henn
Pesquisadora



Eliana P. Menezes
Orientadora

Entrevistado